

Nº 155

**A Década Inclusiva (2001-2011):
Desigualdade, Pobreza e Políticas
de Renda**

25 de setembro de 2012

Comunicados do Ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**.

Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sobre os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda¹

1. Resumo

1.1 Motivação

A desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo, apesar deste trabalho mostrar que ela está no piso das nossas séries históricas. Ela reflete como um espelho o nível e as mudanças das diferenças de renda entre países do mundo, em particular reflete também a queda observada da última década. Já a desigualdade interna de outros países segue movimento inverso. Sobe antes e depois da crise dos países desenvolvidos, assim como no *boom* da China e da Índia, como fez aqui nos anos 1960. O crescimento econômico da China e Índia, que abrigam metade dos pobres do mundo, determina por si queda inédita da desigualdade mundial no último século. Antes de entrar nestes paralelos e paradoxos, vamos aos conceitos.

Primeiro, a função bem-estar social agrega o bem-estar individual de cada membro da sociedade. Ele sintetiza num único número o bem-estar geral da nação. O PIB *per capita* é a medida de bem-estar social mais usada. Numa sociedade de 10 pessoas, se 1 tem renda 10 e os 9 restantes tem renda 0; ou no extremo oposto, se 10 tem a renda igual a 1; o PIB é o mesmo. O PIB é uma medida de bem-estar social que por construção não se importa com as diferenças entre pessoas, apenas com a soma das riquezas produzidas.

No extremo oposto há outra função bem-estar que dá mais peso aos que têm menos. Na sua construção ordenamos as pessoas pela sua renda, depois atribuímos peso à renda de cada um proporcionalmente à respectiva colocação no ranking de renda. De forma que o mais rico dos ricos vale menos (peso 1) e o mais pobre dos pobres vale mais (peso 10 no exemplo). Nessa métrica, cada um vale inversamente ao que ganha, invertendo a lógica de contabilidade social do PIB.

A desigualdade é derivada da função bem-estar. Tal mãe, tal filha. O Gini, o índice de desigualdade mais popular, herda no seu cálculo os pesos da função bem-estar citada acima, em que os mais pobres valem mais. O Gini varia de 0 a 1: no seu mínimo todos são iguais, e no seu ápice uma pessoa detém todos os recursos da economia. Não existe medida, certa ou errada, são apenas óticas diversas que enxergam aspectos diferentes das mesmas situações.

O livro de Branko Milotovic do Banco Mundial, de 2011, calcula o Gini de renda mundial levando em conta as diferenças de renda média entre países ponderados pela respectiva população. O exercício assume desigualdade zero dentro de cada país.

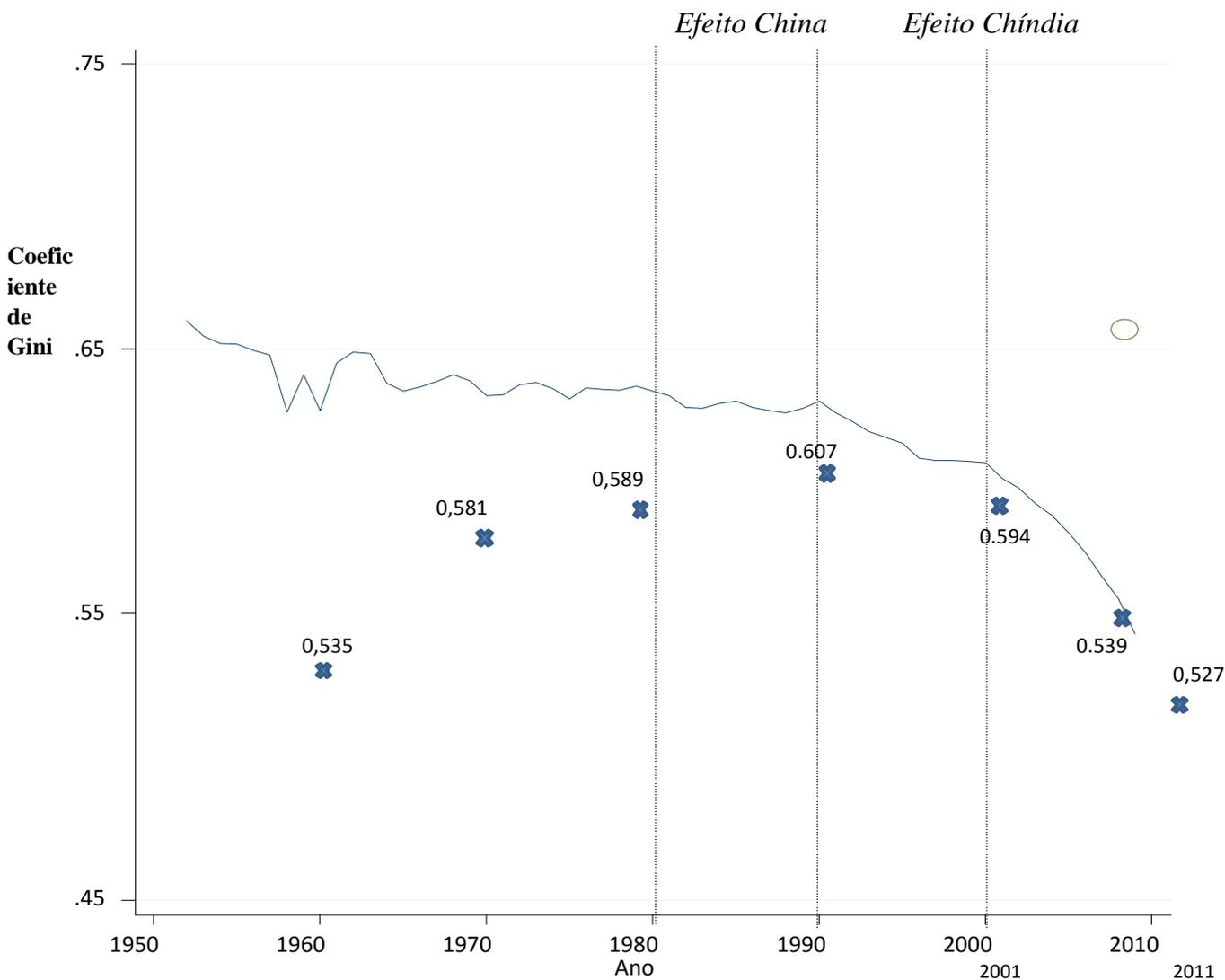
Na visão de Roberto Martins no final dos anos 1990, presidente do Ipea durante, a trajetória da desigualdade de renda brasileira de 1970 a 2000 lembrava o cardiograma de um morto. O único sinal de vida foi dado no movimento de concentração de renda ocorrido entre 1960 e 1970, quando o Gini chega próximo a 0,6 e se estabiliza neste patamar. A desigualdade mundial de renda entre países ilustrada no mesmo gráfico está

¹ Este Comunicado do Ipea é baseado em texto homônimo de Marcelo Côrtes Neri e Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de Souza. Ele foi realizado nos três dias após a publicação dos microdados da PNAD 2011. Agradecemos o excelente apoio de pesquisa e discussões com Luísa Carvalhaes, Rafael Osório, Samanta Monte e Sergei Soares.

sujeita à mesma analogia do morto entre 1964 e 1990. Há paralelas nesse período entre as desigualdades brasileira e global e o eixo das abcissas.

A desigualdade de renda mundial começa a cair com o crescimento chinês, indo de 0,63 em 1990 para 0,61 em 2000. E sofre inflexão mais acentuada a partir de 2000, com a entrada do milagre indiano em cena. China e Índia abrigam mais de metade dos pobres da aldeia global. O fato é que depois do crescimento da ChÍndia na década passada, o Gini mundial cai para 0,54 em 2009, chegando pouco depois ao piso da série iniciada em idos dos anos 1960 em 2011, com 0,527 de 2011 recém-calculado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de DomicÍlios (PNAD).

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini sob o Efeito China e o Efeito ChÍndia



Já a queda brasileira se dá nos anos 2000. Após 30 anos de alta desigualdade inercial, o Gini começa a cair em 2001, passando de 0,61 a 0,539 em 2009. Ambos valores são muito próximos dos níveis observados no mundo perto daquelas datas. A escala das distâncias internas entre brasileiros é como uma maquete, similar àquelas observadas entre diferentes nações do mundo. Se o ponto de partida e o desfecho da desigualdade brasileira e mundial se equivalem, o Brasil não é apenas a foto, mas foi também o filme do mundo na

alvorada do novo milênio. A saga dos chineses e indianos rumo a melhores condições de vida é a similar de analfabetos, negros e nordestinos.

O descolamento entre emergentes e desenvolvidos se acentua com as crises recentes, seja entre pessoas ou localidades brasileiras, seja entre países do globo. Os primeiros anos do século serão conhecidos nos futuros livros de História Geral e História do Brasil como de redução da desigualdade. Em contraste com os motivos da ocupação de ícones de riqueza americana e europeia, a começar por Wall Street.

1. 2 Principais Resultados

Acompanhar indicadores sociais brasileiros baseados em renda, até o começo da década passada, era um exercício frustrante. A alta desigualdade se comportava desde 1970 como se fosse uma constante da natureza, enquanto a renda média flutuava ao sabor de choques externos e de políticas internas em torno da tendência nula assumida nas chamadas décadas perdidas.

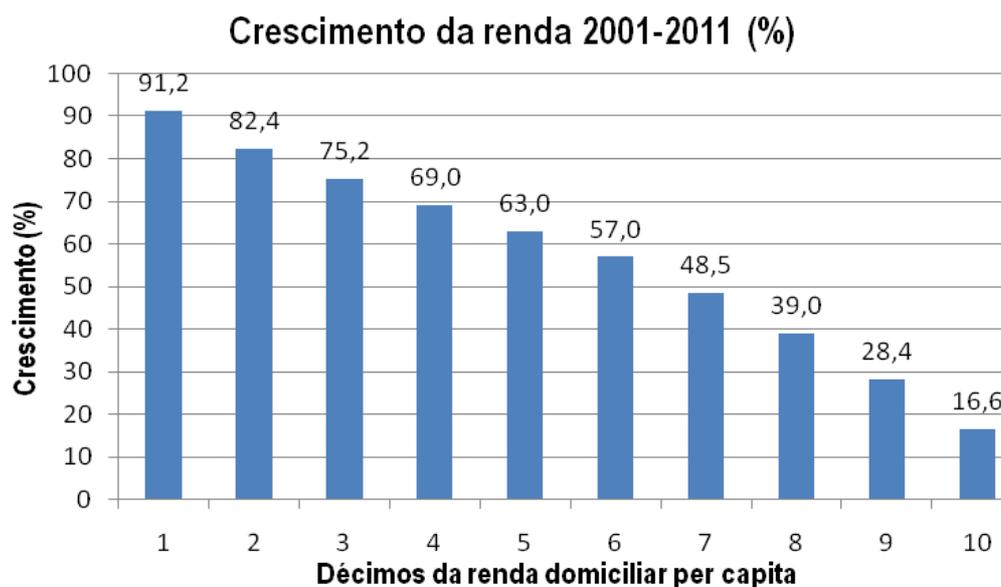
A partir de 2001 a desigualdade, medida pelo índice de Gini, cai entre todas as sucessivas PNADs da década, de forma que chegamos ao nível mais baixo da série histórica que começa no Censo de 1960. O crescimento de renda total e da renda do trabalho, em particular o emprego formal, volta com força a partir do fim da recessão de 2003, gerando impactos cumulativos sobre os níveis de pobreza e de bem-estar social.

Agora, finda a primeira década do século no sentido gregoriano da palavra, pela PNAD 2011 recém-lançada, o que podemos dizer da distribuição e das medidas sociais baseadas em renda *per capita* nos anos 2000? Qual é o comportamento da pobreza *vis-à-vis* os compromissos fixados nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU? Quais são os papéis desempenhados pelo crescimento e pela redução da desigualdade de renda *per capita* na redução da pobreza observada? Como se comportou a renda de diferentes segmentos da população divididos por educação, idade, região, etc? Qual o papel das diferentes fontes de renda domiciliares no processo de desconcentração de renda com crescimento observado? Em particular, qual o papel desempenhado por diferentes políticas de renda, como a expansão de transferências de renda a começar pelo Bolsa Família e pelos reajustes do salário mínimo e seus impactos sobre os benefícios previdenciários e assistenciais? O principal objetivo deste estudo é responder a estas perguntas para o caso brasileiro durante a primeira década do século XXI. Senão, vejamos:

Crescimento – A década passada começou como as duas décadas anteriores, sem crescimento e com instabilidade. Desde o fim da recessão de 2003, a economia brasileira cresceu em todos os anos, segundo a PNAD, compondo uma taxa acumulada de 40,7% até 2011. Neste íterim, a taxa de crescimento do PIB *per capita* acumulada foi de 27,7%, sendo superada em 13 pontos percentuais pela renda da PNAD. Na maioria dos países desenvolvidos e emergentes, ocorreu o oposto. Na China, por exemplo, o PIB cresceu no período 2003 a 2010 dois pontos de porcentagem acima da renda de pesquisas domiciliares. Portanto, o tamanho da distância do crescimento sofrida pelo Brasil frente à China e demais países neste período depende do tipo de base de dados: se usamos as Contas Nacionais, ou pesquisas domiciliares, a perspectiva aqui seguida.

Desigualdade - De acordo com a PNAD, a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente desde 2001. Entre 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda.

Gráfico 2 - Variação por Décimos de Renda *Per capita* na Década, Brasil (2001/2011)



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD

Segundo a Unesco, dois terços dos países do mundo vivenciaram aumento de desigualdade no período recente. A exceção são os países da América Latina, o continente com maior desigualdade, onde a mesma apresenta tendência de queda generalizada no período. Nos demais BRICS, a desigualdade, embora mais baixa, subiu entre 2000 e 2007. O crescimento da renda dos 20% mais ricos no Brasil foi inferior ao de todos os BRICS, enquanto o crescimento de renda dos 20% mais pobres supera o de todos os demais, com exceção da China.

Desigualdade Horizontal - A mediana de renda no Brasil cresceu 63,61%, quase duas vezes mais rápido que os 32,2% da média de renda na década passada, o que é uma medida da magnitude da redução de desigualdade observada.

Se a média esconde tanto quanto revela, a desigualdade de renda pessoal mensurada pelas medidas tradicionais acaba fornecendo uma visão impessoal, se abstraindo da face humana que é possível de ser enxergada pelas pesquisas domiciliares. Mais diretamente, como foi o crescimento da renda *per capita* mediana entre pessoas de diferentes segmentos da sociedade brasileira como grupos de educação, idade, raça, região, etc?

No caso das pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos, a renda sobe 88,6%, *vis-à-vis* um decréscimo de 11,1% daquelas cujas pessoas de referência possuem 12 ou mais anos de estudo completos.

A renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Similarmente, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades.

O conceito de renda domiciliar *per capita* elimina, por construção, toda a desigualdade existente entre diferentes membros de uma mesma família. Apesar deste efeito suavizador por características individuais, no âmbito domiciliar *per capita* algumas delas apresentam mudanças significativas. Senão, vejamos.

A renda daqueles que se identificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos. A renda das crianças de 0 a 4 anos sobe 61%, contra 47,6% daqueles de 55 a 59 anos.

Incidentalmente, estes eram no começo da década passada os extremos da renda por faixa etária. Ações como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria ajudam a entender este resultado.

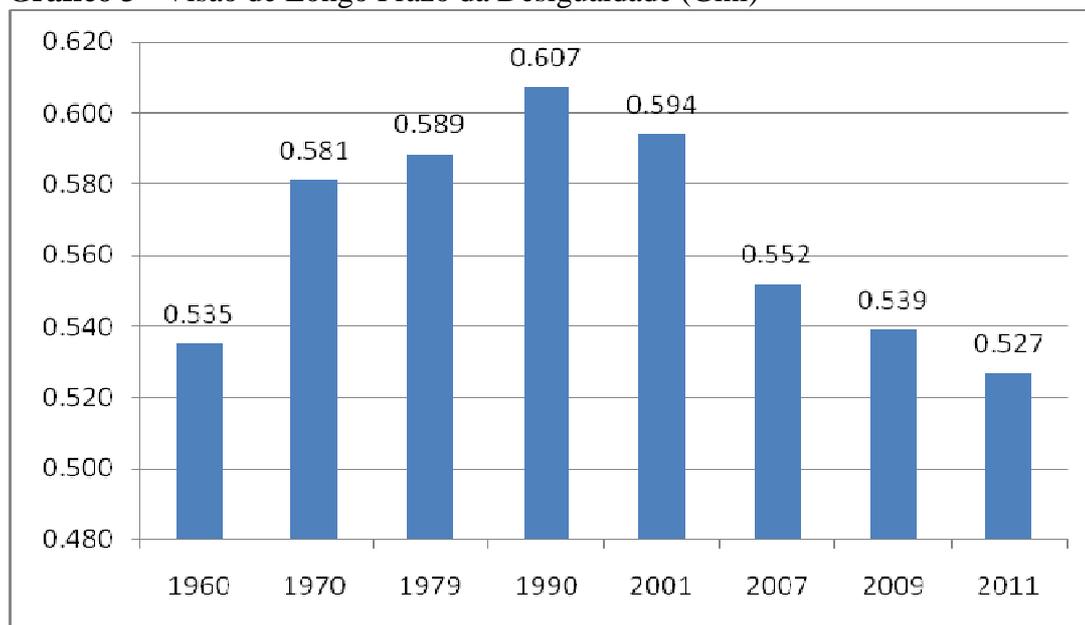
Os setores de atividade mais dinâmicos ainda em termos de renda mediana *per capita* de todas as fontes acima da média incluem aqueles que abrigam a parcela mais pobre do país, como o de empregados agrícolas, de serviços domésticos e não remunerados, cujas rendas sobem na década, 86%, 62,4% e 60,3%, respectivamente.

De maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos que tinham ficado para trás foi a que mais prosperou no período. Em particular, negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo – foi onde a renda cresceu mais no século XXI.

Gini - A fim de melhor sintetizar o conjunto das mudanças distributivas observadas, focamos inicialmente a análise do índice de Gini, que é uma medida menos intuitiva, porém mais abrangente da evolução da desigualdade.

O Brasil atingiu em 2011, pela PNAD, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros nacionais iniciados em 1960. Na verdade, a desigualdade no Brasil permanece entre as 15 maiores do mundo, e levaria pelo menos 20 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos, que não são uma sociedade igualitária. Porém, isso significa que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobre, que só começaram a ser exploradas na década passada.

Gráfico 3 - Visão de Longo Prazo da Desigualdade (Gini)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973

Causas da Equidade - A inédita redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela PNAD e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC² 4%) e Outras

² O programa BPC volta-se para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência, ambos de baixa renda, em que o critério é de renda familiar *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo. O valor transferido corresponde a um salário mínimo que pode ser acumulado entre beneficiários de uma mesma família, ao contrário do Bolsa Família. Desta forma, o BPC é outro canal de impacto da política de reajuste do salário mínimo.

Rendas (6%) como aluguéis e juros. Ou seja, a maior parte da queda da desigualdade se deveu ao efeito da expansão trabalhista observada, o que confere sustentabilidade ao processo redistributivo assumido. Sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década.

As fontes de renda especificadas acima, conforme seu papel relativo na redução da desigualdade observado, na década, podem ser avaliadas também pelo seu impacto na renda média, para que tenhamos condições de avaliar o montante de recursos envolvidos em cada uma delas: Trabalho (76%), Previdência (21%), Bolsa Família (2%), Benefício de Prestação Continuada (BPC 2%) e Outras Rendas (-3%).

Notem que uma vez que as transferências públicas, como BPC, Bolsa Família e Previdência correspondem a recursos saídos dos cofres federais, pode-se avaliar a efetividade relativa em termos do impacto de cada real aplicado na queda de desigualdade obtida, ou alternativamente o seu inverso. Numa ótica de políticas públicas, a combinação das duas óticas supracitadas, quais sejam a importância relativa de cada fonte de renda na renda e na desigualdade, nos possibilita gerar uma medida útil para análise da relação custo fiscal/benefício social medido em termos de ganhos de equidade observados. Estas razões assumem diferentes valores para diferentes fontes de renda, como Previdência (1,15), Benefício de Prestação Continuada (0,504) e Bolsa Família (0,25). Ou seja, cada ponto percentual de redução de desigualdade na década custou 129,4% mais pelas vias dos aumentos da previdência social do que do BPC. Se todos os recursos adicionais pudessem ser canalizados para o BPC, ao invés de previdência, sob o mesmo impacto distributivo, a desigualdade teria caído 129% mais do que pela alocação escolhida³.

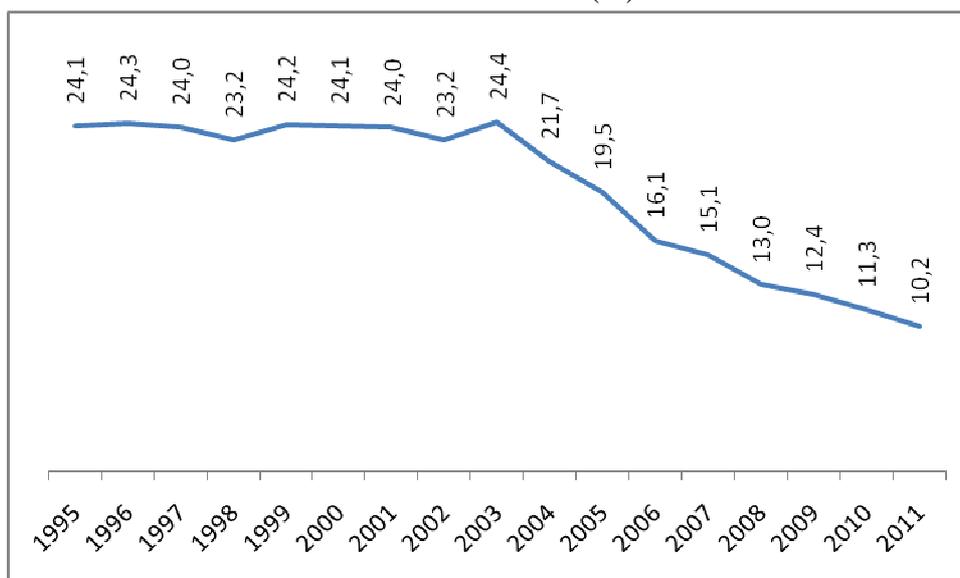
Similarmente, a relação custo fiscal/benefício distributivo do Bolsa Família, que é pouco menos da metade da observada no BPC no período 2001 a 2010, implicaria efeitos dobrados se fosse o canal utilizado e a performance relativa mantida. Ou seja, por transitividade os impactos do Bolsa Família produziram impactos 362,7% maiores que no caso da previdência social se a mesma relação técnica ao longo da década pudesse ser mantida.

Mais interessante ainda é comparar os resultados para as rendas com e sem as transferências do PBF de medidas com diferentes sensibilidades à desigualdade, como aquela proposta por Atkinson (1970). Quanto maior o grau de aversão à desigualdade, maior o impacto do PBF. Se a aversão for baixa, os resultados são quase idênticos com e sem o PBF: no período 2001-2011 a presença do PBF só diminui a perda de bem-estar em mais 0,2 ponto percentual. Se a aversão for média, a diferença já é expressiva: o PBF causa uma melhora adicional de 1,3 ponto percentual. Se a aversão for alta, então quase toda a diminuição da perda pode ser atribuída ao PBF: a melhora de 9,4 p.p. cairia para apenas 1,9 p.p. se o PBF não existisse.

Pobreza - Como consequência da manutenção do crescimento com redução da desigualdade, a pobreza mantém um contínua trajetória decrescente, que vem desde o fim da recessão de 2003 independentemente da linha de pobreza e da medida usada. Olhando para a década como um todo, se usarmos a medida utilizada no programa Bolsa Família mantida em termos reais ou as linhas internacionais de pobreza e de extrema pobreza das metas do milênio da ONU, todas caíram mais de 55% entre 2001 e 2011. Desta forma, o Brasil cumpriu o compromisso de um quarto de século em um decênio. Ou seja, se fez mais que o previsto para 25 anos em menos de 10 anos.

³ Este tipo de análise assume custos administrativos nulos e é meramente retrospectiva. Sua aplicação prospectiva implicaria manutenção da relação inalterada, se abstrai de interações mais amplas em equilíbrio geral.

Gráfico 4 – População com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza mais alta
Metas do Milênio (%)



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.

Causas Imediatas da Redução da Pobreza – A redução de pobreza experimentada de 57,5% na década permitiu ao Brasil fazer mais do que a queda à metade pactuada com as metas do milênio da ONU, e em menos tempo. Esta queda de pouco mais de metade, cerca de 52%, foi provocada por mudanças na desigualdade de renda, sendo o restante explicado pelo efeito crescimento puro. Sem essa redução da desigualdade, a renda média precisaria ter aumentado quase 89%, em vez dos 32% observados entre 2001 e 2011, para que a pobreza tivesse a mesma queda⁴.

Elegibilidade ao PBF - Os números relativos confirmam que a progressiva expansão do PBF e o próprio crescimento econômico foram capazes de reduzir substancialmente os erros de exclusão. Enquanto o percentual de famílias beneficiárias subiu de 12% para 18% das famílias brasileiras, o de famílias elegíveis não beneficiárias caiu de 7% para 3%. Já as famílias não elegíveis têm oscilado em torno de 80% do total. De qualquer modo, diminuir ainda mais esses erros de exclusão parece ser fundamental para o sucesso no combate à pobreza e à desigualdade.

Década de 2010 - Completamos a evolução das séries até agosto de 2012 por meio da Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

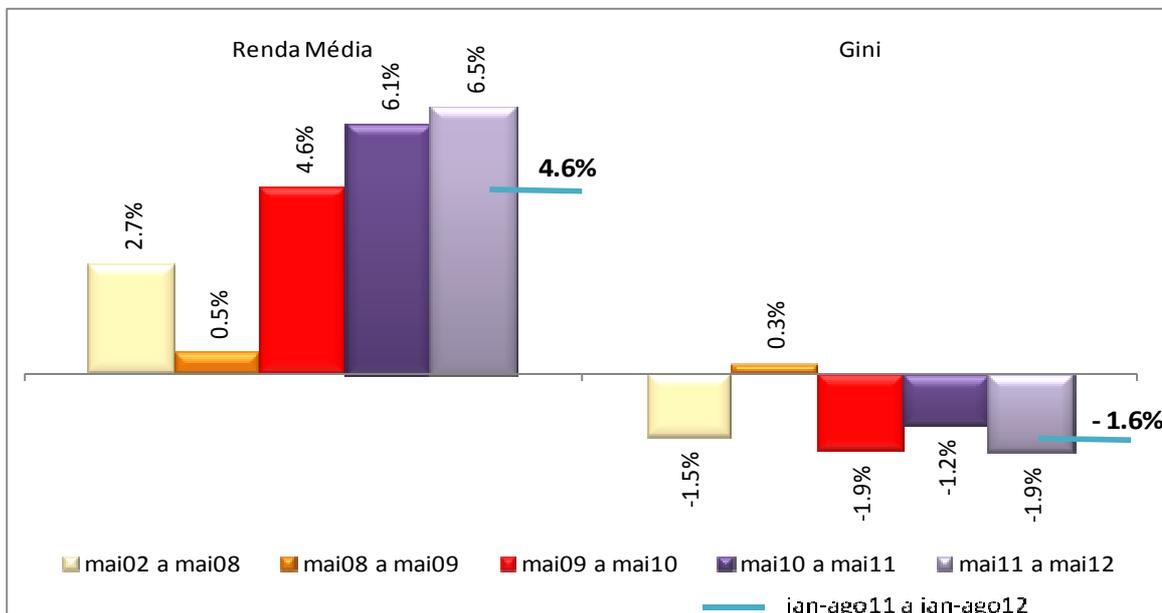
Média de Renda - Entre maio de 2002, próximo ao início das novas séries da PME, e maio de 2008, antes da crise, a renda *per capita* real PME cresceu 2,7% ao ano. Daí, até maio de 2009 avança 0,5% no ano (função da crise internacional de 2008). De maio de 2009 em diante, o crescimento da renda média acelera e depois desacelera. Quando consideramos os 12 meses compreendidos entre maio de 2011 e maio de 2012, o crescimento é de 6,5%. Por fim, apresentamos uma visão do crescimento médio acumulado ao longo do último ano, entre janeiro e agosto de 2012, que aponta crescimento de 4,6% em oito meses, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Desigualdade - As quedas da desigualdade medidas pelo índice de Gini seguem em linhas gerais os movimentos da renda média, caindo à taxa de 1,5% ao ano de maio de 2002 a maio de 2008, pré-crise,

⁴ Se usarmos linhas mais baixas e medidas de pobreza mais sensíveis aos mais pobres, o papel da desigualdade no período seria ainda maior.

ficando pouco acima 0,3% em função dela até maio de 2009 e voltando à trajetória de queda depois. Embora mostrando desaceleração em alguns meses, a taxa de redução da desigualdade volta tomar força, atingindo 1,9% entre maio de 2011 e maio de 2012. A média do ano corrente, captada pelos dos seus primeiros oito meses, apontam para a queda de 1,6% (janeiro a agosto de 2012, comparado a 2011). A recente redução de desigualdade é maior que a do período 2001 a 2011, conhecido como de marcada redução da desigualdade.

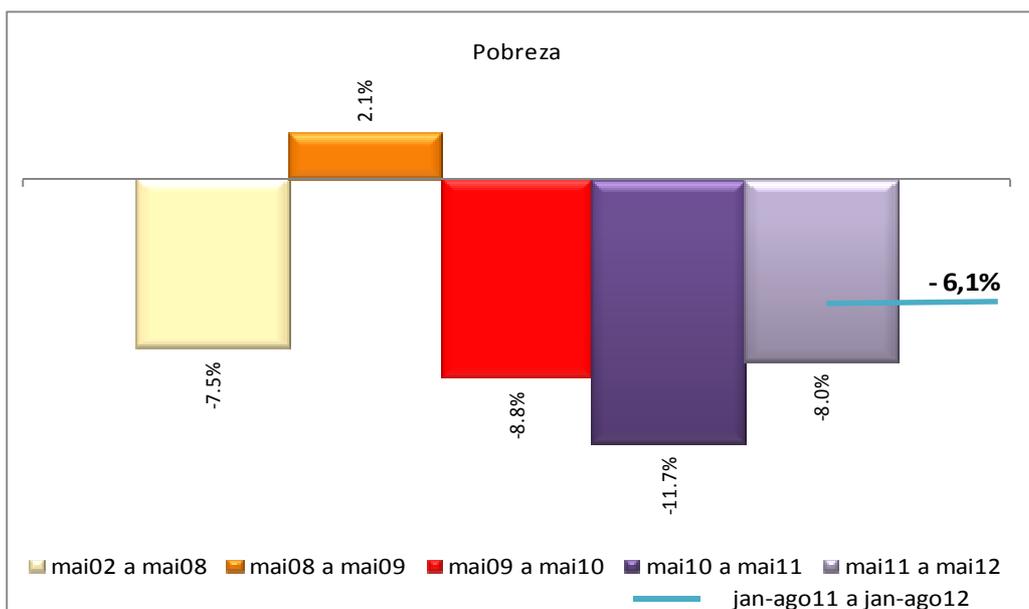
Gráfico 5 – Evolução da renda média e do índice de Gini



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PMEs 2002-2012.

Pobreza - A pobreza, que caía a 7,5% entre maio de 2002 e maio de 2008, cresce 2,1% nos 12 meses terminados em maio de 2009. Daí em diante, observamos queda expressiva, de 8,8% até maio de 2010, e 11,7% até maio de 2011. Depois, há desaceleração da queda até dezembro de 2011, quando retoma a 8,8% de redução entre maio de 2011 e 2012. Registramos na série o avanço acumulado dos oito primeiros meses deste ano, com redução de 6,1% na taxa.

Gráfico 6 – Evolução da pobreza



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PMEs 2002-2012.

O tamanho do bolo brasileiro ainda está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os mais pobres. A taxa de redução de desigualdade nos últimos 12 meses é um pouco acima daquela observada nas séries da PNAD entre 2001 e 2011, como vimos período de marcada redução da desigualdade. O comportamento anticíclico da desigualdade sugere a ausência de dilemas do tipo equidade versus eficiência no período analisado, alavancando mudanças observadas no bem-estar social e na pobreza.

Plano do Trabalho

Este trabalho analisa a evolução de indicadores sociais baseados em renda *per capita* como pobreza e desigualdade, à luz da nova PNAD. Na próxima seção fazemos uma descrição detalhada da evolução destes indicadores para posteriormente estudar seus determinantes. Na parte final conferimos especial atenção ao programa Bolsa Família para entender seu papel na meta prospectiva de superação de pobreza e na redução da desigualdade de renda.

2.2 Crescimento Inclusivo Sustentável

Dois Prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 pesquisadores de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman. O conteúdo do relatório acabou sendo publicado sob o formato de livro, intitulado *Mismeasuring Our Lives*.

Não cabe aqui discutir este relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas aplicar quatro de suas principais conclusões ao caso brasileiro na década passada. Vejamos:

PIB X PNAD - O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no Produto Interno Bruto (PIB). Em particular, enfatizar a perspectiva da renda e consumo do domicílio para melhor aferir padrões materiais de vida médios. Neste aspecto, cabe lembrar que, embora no longo prazo, no caso brasileiro, a evolução de agregados como o PIB das contas nacionais e a renda da PNAD apresentem tendências semelhantes, há um forte descolamento no período 2003 a 2009, quando a renda média da PNAD cresceu 11,3 pontos de porcentagem a mais que o PIB. De acordo com a visão objetiva das pessoas, os seus respectivos padrões médios de vida estão crescendo mais do que o PIB sugere. Na maioria dos outros países, como apontamos, tem acontecido o reverso, e as respectivas PNADs indicam crescimento menor que o do PIB.

Inclusão - Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, este tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período 2003 a 2009 o crescimento da renda real *per capita* da PNAD dos 10% mais pobres foi de 69%, caindo monotonamente à medida que nos aproximamos, décimo a décimo, dos 10% mais ricos, quando atinge 12,6%. Ou seja, a taxa de crescimento dos mais pobres foi 550% maior que a dos mais ricos. É o que se pode chamar de espetáculo de crescimento, apenas dos mais pobres, que tem crescido a taxas da emergente Índia de hoje. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou demais BRICS (China, Índia, África do Sul e Rússia), ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Sustentabilidade - Levar em conta estoques de ativos, como, por exemplo, incorporar atributos ambientais para considerar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Vamos entrar aqui apenas na análise das fontes de renda que refletem estoques de ativos e direitos das pessoas. Como a educação de cada pessoa e sua utilização no mercado de trabalho, capital social e ativos físicos reais e financeiros que incluem o fluxo de benefícios monetários advindos de políticas públicas.

Em suma, podemos dizer que o avanço econômico brasileiro nos últimos seis ou sete anos não constitui um espetáculo de crescimento; o PIB do Brasil tem crescido na mediana da América Latina, que não tem sido a região mais dinâmica do mundo. A PNAD nos sugere crescimento maior que o do PIB. À luz das recomendações da comissão, as qualificações deste crescimento seriam como inclusivo e sustentável na objetividade dos brasileiros entrevistados em suas casas.

2.3 Crescimento da Renda Média: PNAD X PIB

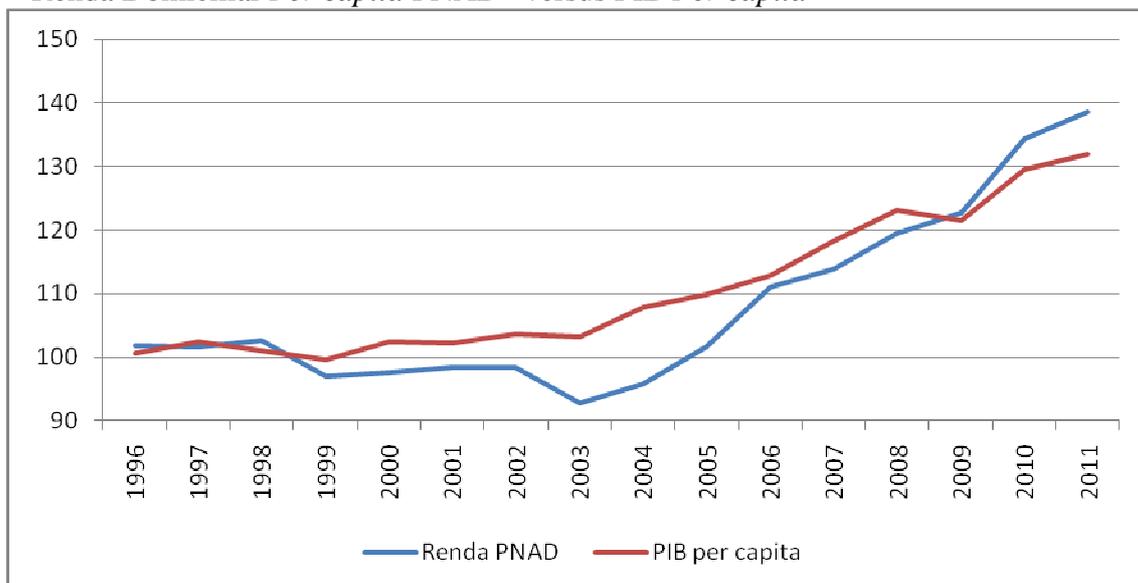
Nos últimos oito anos houve um descolamento do crescimento da renda da PNAD, que pauta as principais pesquisas sociais brasileiras, e o PIB *per capita*, que é o principal indicador econômico brasileiro. Na PNAD de 2011, que acabou de sair, o problema diminuiu um pouco, e para 2012, pelos indicativos da PME, cresce (4,6% acumulados nos oito primeiros meses do ano). Senão, vejamos: a magnitude da retomada do crescimento do período 2003-2009 depende da base de dados utilizada nas óticas das contas nacionais e do seu produto mais popular, o PIB. Mesmo após as sucessivas revisões para cima.

Desde o fim da recessão de 2003, a economia brasileira cresceu em todos os anos segundo a PNAD, compondo uma taxa acumulada de 40,7% até 2011. Neste ínterim, a taxa de crescimento do PIB *per capita* acumulada foi de 27,7%, sendo superada em 13 pontos percentuais pela renda da PNAD. Na maioria dos países do mundo desenvolvidos e emergentes ocorreu o oposto. Na China, por exemplo, o PIB cresceu no período 2003 a 2010 dois pontos de porcentagem acima da renda de pesquisas domiciliares. Portanto, o tamanho da distância do crescimento sofrida pelo Brasil frente à China e aos demais países neste período depende do tipo de base de dados se usamos as Contas Nacionais, ou pesquisas domiciliares, a perspectiva aqui seguida.

É verdade que a discrepância entre estas taxas tende a desaparecer ao longo do tempo. Por exemplo, no período 1995 a 2011 a diferença acumulada é de 1,5 ponto de porcentagem favorável ao PIB. A notícia tranquilizadora é que no longo prazo as duas séries parecem convergir, conforme o gráfico de 1995 a 2009 em número índice com base 1995=100, ilustra.

De qualquer forma, resta a pergunta: se há convergência de fato a prazo mais longo, o que puxa o que: o PIB puxa a PNAD para baixo ou a PNAD puxa o PIB para cima? Se depender do PIB e da PME em 2012, nenhuma das alternativas acima, pois o PIB *per capita* cresce pouco contra um crescimento 4,6% nos oito primeiros meses deste ano, da renda da PME. A PME não capta todas as rendas, em particular aquelas ligadas a ganhos dos benefícios previdenciários e ao Bolsa Família que são impactadas pelo reajuste do salário mínimo de 14% em janeiro de 2012 e pelo lançamento do Brasil Carinhoso em maio deste ano.

Gráfico 7 - Renda Domiciliar *Per capita* PNAD* versus PIB *Per capita*



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD, PME e das Contas Nacionais/IBGE

O relatório da comissão comandada por Amartya Sen e Joseph Stiglitz divulgado em setembro de 2009 e texto de Ravallion (2000) constata fortes discrepâncias entre as pesquisas domiciliares e os PIBs mundo afora, sendo as taxas de crescimento do PIB em geral superiores. Na China e na Índia ocorreu o oposto do Brasil, e o PIB cresceu mais do que a renda das pesquisas domiciliares. O relatório argumenta pelo uso das pesquisas domiciliares como medida de performance de uma dada sociedade. Outra vantagem da PNAD é permitir medir a evolução da distribuição de renda.

Além de um crescimento maior da PNAD e reconhecido como pró-pobre, no período de 2003 a 2011 as taxas de crescimento da renda do trabalho foram próximas às das rendas de todas as outras fontes, o que confere alguma sustentabilidade ao processo prolongado até agosto de 2012, segundo a PME.

2.4 A Década da Redução da Desigualdade

Se ordenarmos a população por renda *per capita* e dividi-la em 10 pedaços iguais, entre a primeira e a última PNAD da década passada, a renda dos 10% mais pobres subiu 91,2% em termos reais *per capita*, acumulados no período. Este ganho vai caindo paulatinamente à medida que nos aproximamos do topo da distribuição, atingindo 16,6% entre os 10% mais ricos.

Tecnicamente, a década passada se iniciou na virada de 2000 para 2001 e terminou na mudança de calendário de 2010 para 2011. A PNAD não vai a campo em anos de Censo Demográfico que delimitam as décadas, como 2000 e 2010. Logo, apenas agora com o advento da PNAD 2011 observamos o que aconteceu na primeira década do século XXI.

Pelas diferenças de cobertura geográfica e de conceito de renda, a comparação direta entre PNAD e PME é inviabilizada. Seria o equivalente a comparar laranjas com bananas. Optamos aqui por completar as séries da PNAD pelas variações da PME.

Aqui comparamos PME com PME nos mesmos meses do ano, pois mesmo bananas do mesmo tipo possuem diferentes qualidades em diferentes meses, função de sazonalidades. Posteriormente, estas variações serão incorporadas às séries da PNAD, com as devidas ressalvas que as PMEs captam apenas a renda do trabalho e nas seis principais metrópoles. A renda do trabalho corresponde a $\frac{3}{4}$ da renda das pessoas, de forma mais ou menos uniforme ao longo da distribuição de renda.

Nessa analogia, os censos são espécies de abacaxis, muito raros e saborosos, mas cheios de espinhos, função das mutações metodológicas sofridas ao longo de cada década, de forma que preferimos não comparar abacaxis do tipo A com outros do tipo B.

Agora, dado o cenário para a década de 2000 como um todo, precisamos compará-lo com as demais décadas. O estudo da desigualdade de renda brasileira completa agora meio século, começando no Censo de 1960, a primeira pesquisa domiciliar representativa do país a perguntar diretamente a renda da população. O marcado aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 foi seguido de uma longa monotonia estatística. Alguns chegaram a comparar a dinâmica dessas séries à do eletrocardiograma de um morto.

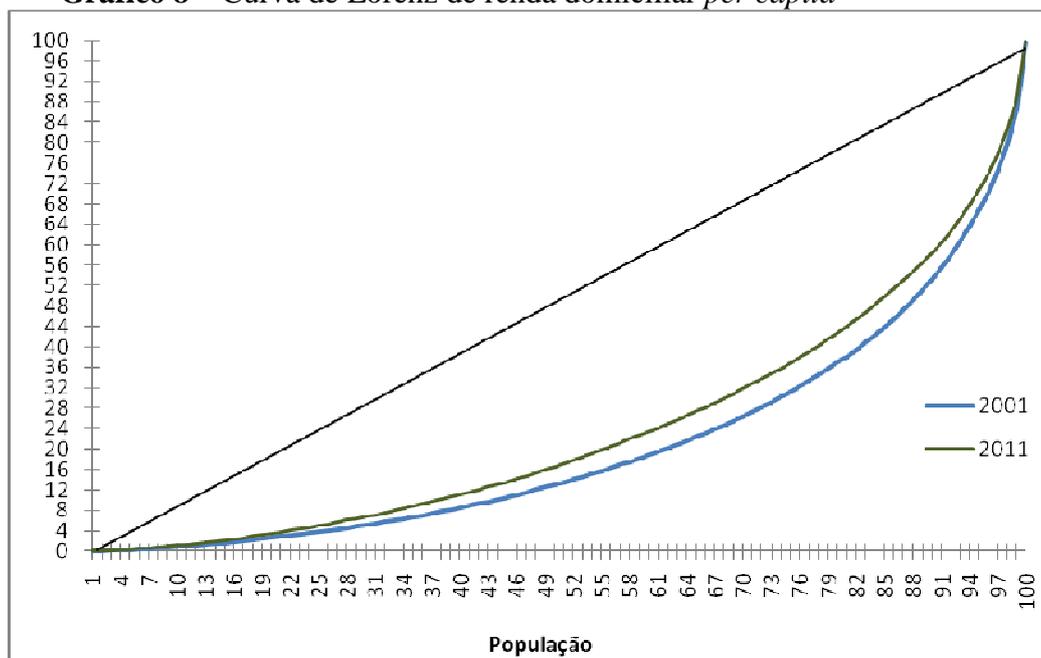
A comparação que nos interessa, portanto, é a da década de 2000 com a de 1960. O problema do Censo de 1960 é que a renda individual não era passível de ser agregada em termos de renda *per capita* de cada

domicílio. Em função destas limitações, comparamos mudanças de medidas distintas. O conceito usado na obra seminal de Carlos Langoni, de 1973, era renda individual. O trabalho de Langoni continua surpreendentemente atual na metodologia e nas conclusões, se as últimas forem invertidas para a década atual, como tive oportunidade de escrever no prefácio da terceira edição de seu livro lançado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 2005. O resumo da ópera atual seria a de uma revolução de 360°. Acabamos de voltar ao menor nível de desigualdade de nossas séries históricas, observadas desde 1960.

Incidentalmente, quando comparamos as décadas de 1960 e a de 2000, as taxas acumuladas de crescimento dos estratos extremos da distribuição são similares. A renda dos 10% mais ricos nos anos 60 sobe 66,87%, quase o aumento de renda dos 50% mais pobres na década passada, e vice-versa. É o que podemos chamar de imagem invertida no espelho da desigualdade. No final da década passada, voltamos ao ponto onde estávamos meio século antes.

Lorenz - Apresentamos abaixo a curva de Lorenz brasileira em 2001 e 2011. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da curva de Lorenz. Isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico.

Gráfico 8 – Curva de Lorenz de renda domiciliar *per capita*

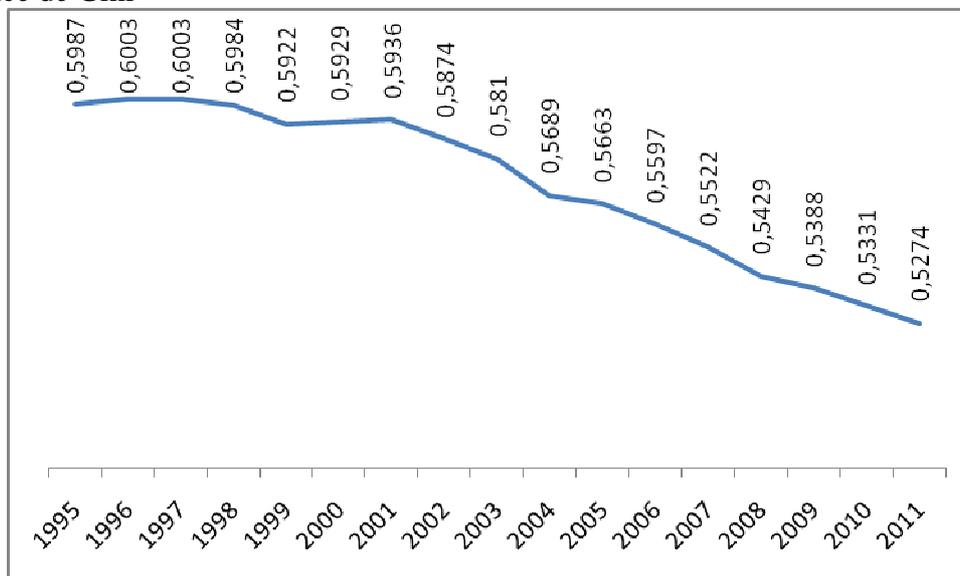


Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.

Senão, vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária – isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse pari-passu com a participação das suas respectivas rendas no total –, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso, a medida de desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero), estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. O formato das curvas apresentadas no gráfico de Lorenz mostram a dominância de 2011 (frente à curva de 2001), caminhando em direção a uma sociedade mais igualitária. Isto significa que, sob qualquer medida que segue o princípio das transferências, a desigualdade cairá. Segue abaixo a série do Gini de renda domiciliar *per capita*.

Gráfico 9 – Índice de Gini



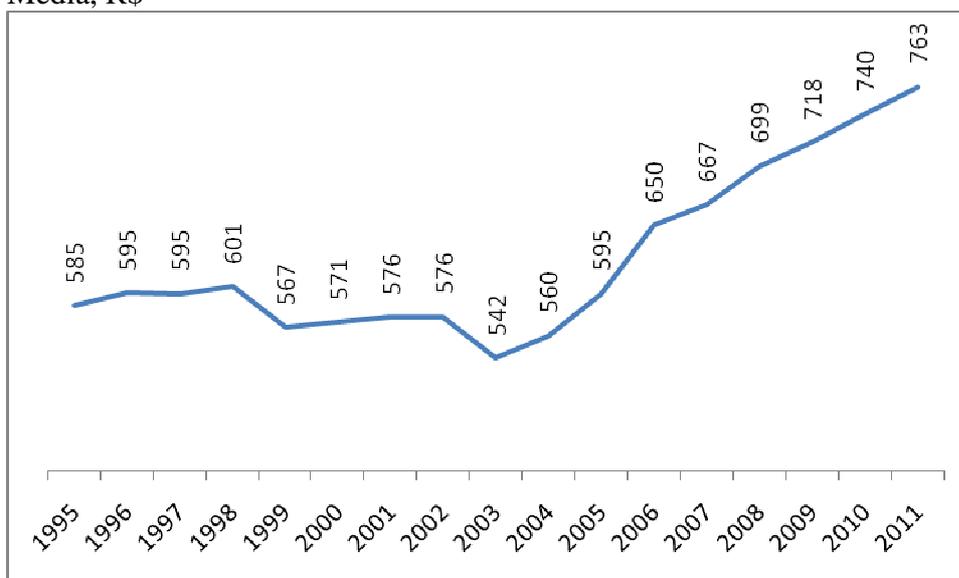
Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

Em seguida analisamos o crescimento da renda *per capita* média.

Gráfico 10 – Renda Média, R\$



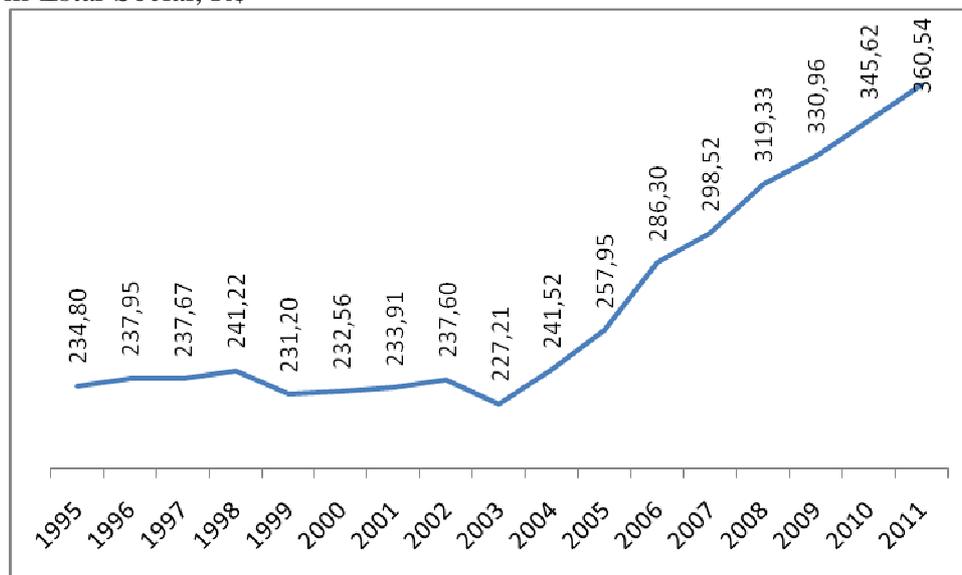
Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

A fim de fornecer uma síntese final, acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo, a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 763 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 47,3% deste valor, 360 reais, dada a desigualdade atual brasileira. Apresentamos no gráfico abaixo a evolução ano a ano da combinação renda e desigualdade, dada por essa medida de bem-estar.

Gráfico 11 – Bem-Estar Social, R\$



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

2.5 A convergência da desigualdade dentro dos países

A desigualdade brasileira, apesar de ser uma das “*mais grandes*” do mundo – como dizem nossos vizinhos latinos –, deixou de ser ponto fora da curva internacional. É o que pude aprender em reuniões com pesquisadores de países desenvolvidos (Alemanha, EUA e Coreia) e emergentes (China, Índia, África do Sul e México).

Inicialmente, vale frisar a magnitude ainda absurda da nossa desigualdade. O índice de Gini – a medida mais usada de concentração de renda – varia de 0 a 1. Zero se as rendas de todos fossem iguais, e um quando a renda de todos se concentra numa única pessoa. Nosso Gini atual de 0,53 está ainda mais próximo do máximo do que do mínimo da desigualdade. Por outro lado, ela está em queda aqui, e em alta nos demais países citados.

Em todos os países europeus da OCDE a desigualdade aumenta desde 1985 – a não ser pela França e Bélgica. Nos países nórdicos, como Suécia e Finlândia, entre os mais igualitários do mundo – função de um generoso Welfare State – foi onde a desigualdade aumentou mais. A desigualdade norte-americana segue na mesma trajetória ascendente no período pós-Reagan, qualquer que seja a medida usada, mas é maior naquelas que focam mais no topo da distribuição de renda.

Mais do mesmo aumento de desigualdade acontece nos demais BRICS. Em particular, quando fazemos os devidos ajustes passando de medições baseadas em consumo para renda e atualizamos os dados, os Ginis da China e da Índia, de 0,48 e 0,52 respectivamente, se aproximam do brasileiro. O Gini da Rússia passou de 0,28, nos escombros do comunismo, para 0,42. Na África do Sul, o Gini está em 0,67 com alta pós-apartheid.

O Gini do Brasil chega ao mínimo da nossa série histórica iniciada em 1960, mas ainda superior ao de todos os países acima citados (exceto África do Sul). A outra exceção é o México, que sofre os efeitos conjunturais do casamento com a economia americana, agora em crise. Este revés mexicano importa pelo tamanho do país na América Latina.

Houve marcada redução da desigualdade em 13 de 17 países do continente entre 2000 e 2007 – veja na próxima subseção. A exceção é Costa Rica e Uruguai, justamente os mais igualitários dos latino-americanos. A América Latina, o mais desigual continente do mundo, é justamente onde a desigualdade cai. Outro livro mais recente de Leonardo Gasparini confirma os resultados em média simples entre países – isto é, não ponderando a queda da desigualdade brasileira pelo seu peso na população.

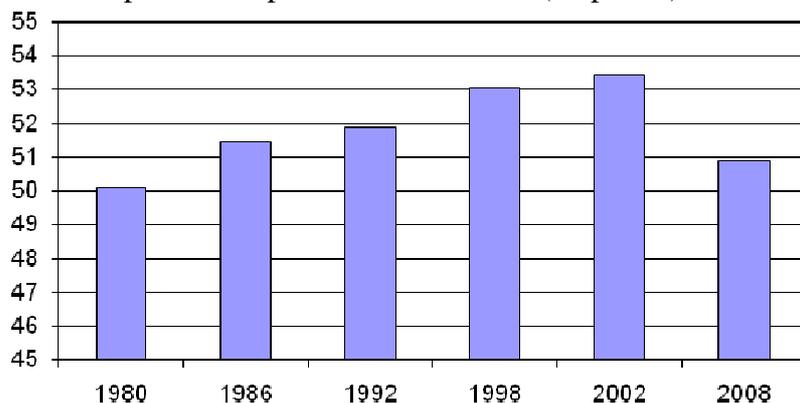
Modelos de livro-texto de crescimento, como o de Solow, apregoam a convergência de renda média entre países, o que de fato está acontecendo no período recente a nível global, com o descasamento do forte crescimento da China e da Índia em relação aos demais países. Estes dois países são estratégicos, pois abrigam mais da metade dos pobres do mundo.

Há convergência mundial da desigualdade dentro dos países, no sentido de que quem tem muita desigualdade passa a ter menos e quem tinha menos desigualdade interna passa a ter mais?

A desigualdade total entre os membros da aldeia global não estaria necessariamente aumentando, apenas mudando a sua forma a partir de convergência de rendas médias entre países e da convergência de desigualdade dentro dos países.

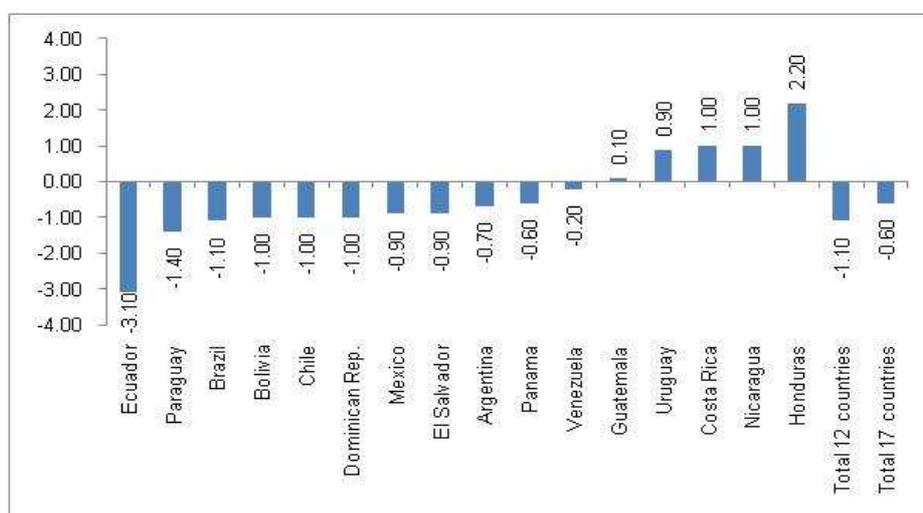
O que realmente difere no caso brasileiro – e latino americano – da última década, pelo menos em relação aos demais países apontados acima, é o movimento das respectivas diferenças internas. Se no futuro um historiador fosse nomear as principais mudanças ocorridas nas sociedades brasileira e latino-americana na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda. Da mesma forma que a de 1990 foi a da estabilidade para nós (depois dos vizinhos), e a de 1980, a da redemocratização. Existe paralelo entre a fotografia e os movimentos do Brasil e da América Latina. Em ambos, o nível da desigualdade é dos mais altos do mundo, mas em queda. A má notícia é que ainda somos muito desiguais; a boa notícia prospectiva é que há muito crescimento a ser gerado na base da pirâmide social. Os livros recentes de Nora Lustig e Luis Felipe Calva e outro de Leonardo Gasparini indicaram redução de desigualdade em 13 de 17 países do continente entre 2000 e 2007.

Gráfico 12 – Índice de Gini não ponderado para América Latina (21 países)



Fonte: Gasparini et al. (2010) – CEDLAS

Gráfico 13 – Variação do Índice de Gini não ponderado para América Latina (17 países) - Entre 2000 e 2007



Fonte: Lopez-Calva e Lustig (2010)

2.6 Desigualdade Horizontal

A média esconde tanto quanto revela, pois o seu cálculo dá pesos maiores às variações das rendas maiores. Cada um vale o que ganha, e uma medida mais representativa para captar a experiência vivida no período é a renda mediana. Segundo a PNAD reponderada entre 2001 e 2011, a renda *per capita* mediana subiu 61,2% em termos reais por brasileiro. Isto é, descontando a inflação e o crescimento populacional⁵.

O desempenho médio brasileiro na década vista como um todo esteve longe de ser um grande espetáculo do crescimento. Já o crescimento anual da renda mediana na década foi 4,89% e se acelerou para 6,14% no biênio 2009 a 2011. Se apontarmos o binóculo para a plateia, quem se sentou na primeira fila? E quem perdeu o show das rendas crescentes? Mais diretamente, como se comportou no período 2001 a 2011 o crescimento da renda *per capita* mediana entre pessoas de diferentes segmentos da sociedade brasileira?

⁵ A renda mediana é um conceito mais robusto que a média frente ao contexto de proporção de rendas ignoradas variáveis, em particular quando se imputa rendas não declaradas como aqui.

Escolaridade - No caso das pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos, a renda sobe 88,6%, *vis-à-vis* um decréscimo de 11,1% daquelas cujas pessoas de referência possuem 12 anos ou mais anos de estudo completos. Esta conjunção de movimentos faz com que a razão de rendas das últimas em relação às primeiras dobre, passando de 0,11 para 0,22.

Espacial – a renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. A razão de rendas entre elas sobe de 0,41 para 0,48.

Similarmente, a renda cresceu mais nas pobres áreas rurais, 85,5% contra 40,5% das metrópoles e 57,5% das demais cidades.

O conceito de renda domiciliar *per capita* elimina, por construção, toda a desigualdade existente entre diferentes membros de uma mesma família. Por exemplo, se a esposa recebe menos do que o marido, assume-se que a perda delas é compensada pelo ganho deles no âmbito domiciliar. Neste sentido, a desigualdade entre brasileiras e brasileiros está subestimada na ótica da renda *per capita*. Tendemos a zerar as mudanças de desigualdade que não enxergamos.

Apesar deste efeito suavizador por características individuais no âmbito domiciliar *per capita* algumas características individuais apresentam mudanças significativas entre categorias. Senão, vejamos.

Raça – a renda daqueles que se identificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5% respectivamente, contra 47,6% dos brancos. A razão de renda entre pardos e brancos sobe de 0,48 para 0,6 e a razão entre pretos e brancos sobe de 0,57 para 0,64.

Idade - a renda das crianças de 0 a 4 anos sobe 61%, contra 47,6% daqueles entre 55 a 59 anos. Incidentalmente, estes eram no começo da década passada os extremos da renda por faixa etária. Reportamos também a razão de rendas entre elas colocando a dos mais novos no numerador. Neste caso, a razão de rendas por idade– crianças por cima – sobe de 0,44 para 0,48 entre 2001 e 2011. Ações como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria ajudam a entender este resultado. Estes programas privilegiam as mães como titulares dos benefícios. Como consequência, estas têm desempenho de 54%, um pouco superior ao das demais mulheres. Talvez o ganho maior a ser testado seja a capacidade de cada real chegar aos filhos.

Os setores de atividade com desempenho de renda mediana *per capita* de todas as fontes acima da média incluem aqueles que abrigam a parcela mais pobre do país, como o de empregados agrícolas, de serviços domésticos e não remunerados cujas rendas sobem 86%, 62,4% e 60,3% respectivamente.

De maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos, como negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo e cresceu mais no século XXI. Essa tendência é contrastante com a de países desenvolvidos e de outros emergentes, onde a desigualdade cresce a olhos vistos. Mais do que o país do futuro entrando no novo milênio, o Brasil, último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, começa a se libertar da sua herança escravagista.

2.7 A Nova Década (Anos 2010)

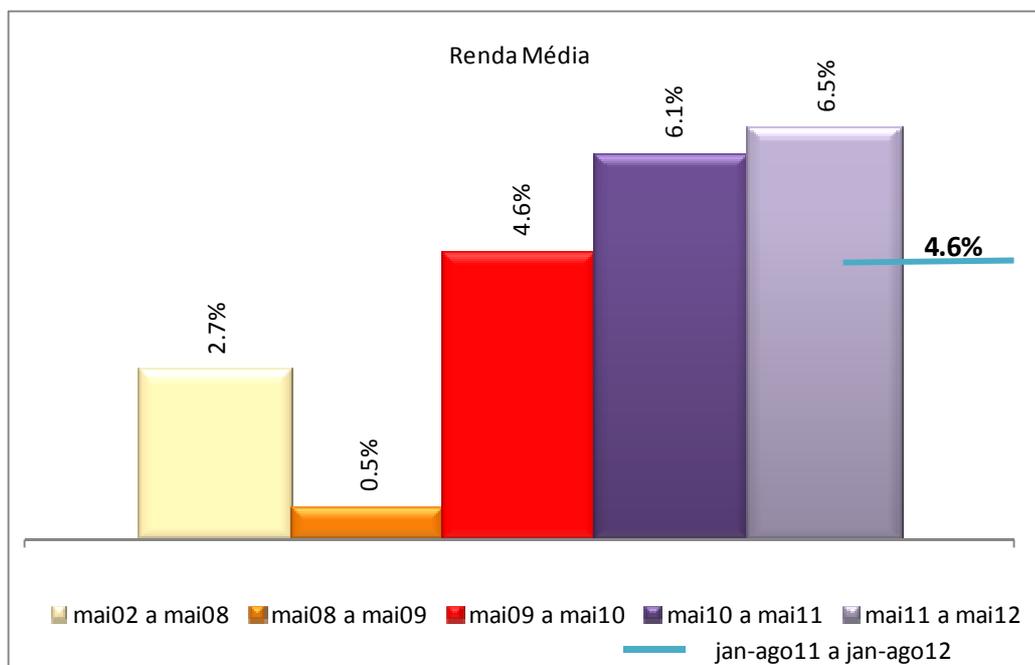
A tradição entre as instituições de pesquisa como o IBGE é usar os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) em níveis individuais, e não em níveis domiciliares, tipicamente processando indicadores como taxa de desemprego, formalidade e renda média do trabalho dos ocupados. Entretanto, a PME é uma pesquisa domiciliar comparável à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), podendo ser usada como tal. Esse ponto merece destaque, pois a avaliação do bem-estar social deve levar em conta o processo de repartição de recursos no bojo dos domicílios. Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças, ou ser beneficiado pela renda do cônjuge, uma espécie de seguro social de natureza familiar. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. O conceito resume uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal, mas cujos efeitos devem ser rateados ou agregados pelo número total de familiares ou moradores do domicílio. Implementamos alguns procedimentos para que a PME se aproxime dos resultados da PNAD nas áreas metropolitanas como a restrição da população à idade de 15 a 60 anos para captar as tendências trabalhistas

A questão central aqui ensejada é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Como avaliar o desempenho social e econômico se os dados da PNAD ficam, em média, 18 meses defasados. Esta defasagem se torna mais problemática em anos de Censo Demográfico quando a PNAD não foi a campo e as defasagens serão acrescidas em mais 12 meses. Por exemplo, em janeiro de 2012 estávamos há 27 meses desde a última fotografia nacional tirada a partir da PNAD. Até setembro de 2009 PNAD foi a campo na primeira semana de outubro de 2009 quando os efeitos da crise passada dominavam ainda as mudanças das séries, no entanto só se tornou conhecida em setembro de 2010, quando os efeitos da crise já tinham passado do seu auge e a colheita de dados já era de tempos de bonança. O aumento de velocidade é um requisito necessário para poder traçar um sistema de acompanhamento e avaliação de metas sociais que seja operativo. Isto inclui tanto sistemas gerenciais feitos no âmbito das administrações públicas como o acompanhamento das flutuações da renda apropriada por diferentes segmentos da sociedade.

Em função destas necessidades, propomos lançar mão do processamento dos microdados da PME, que, graças a sua agilidade, nos permite diminuir a defasagem média em um ano e meio da PNAD.

Média de Renda - Entre maio de 2002, próximo ao início das novas séries da PME, e maio de 2008, antes da crise de 2008, a renda *per capita* real PME cresceu 2.7% ao ano. Daí, até maio de 2009 avança 0,5% no ano (período que engloba a crise internacional deflagrada em setembro de 2008). De maio de 2009 em diante, o crescimento da renda média acelera para 4,6% no primeiro ano e 6,1% no segundo (2010 e 2011), refletindo o período de retomada. Quando consideramos os 12 meses compreendidos entre maio de 2011 e maio de 2012, o crescimento é de 6,5%, sendo de 4,6% o crescimento acumulado de janeiro a agosto de 2012 (comparado ao mesmo período do ano passado).

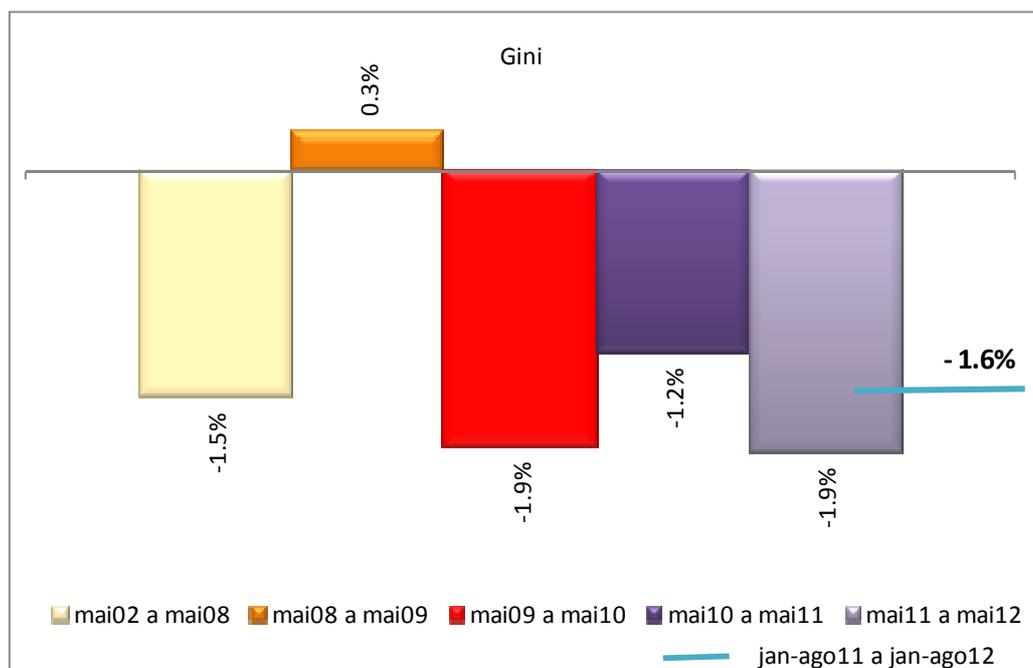
Gráfico 14 – Dinâmica Recente: Renda Média



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PMEs 2002-2012.

Desigualdade - As quedas da desigualdade medidas pelo índice de Gini seguem em linhas gerais os movimentos da renda média, caindo à taxa de 1,5% ao ano de maio de 2002 a maio de 2008, pré-crise, ficando pouco acima 0,3% em função dela até maio de 2009 e voltando a trajetória de queda no dois períodos seguintes, de 1,9%, 1,2%, respectivamente. Embora mostrando desaceleração em alguns meses, a taxa de redução da desigualdade nos 12 meses terminados em maio de 2012 é 1,9%. Apresentamos no gráfico o acumulado nos oito primeiros meses deste ano (1,6%). A recente redução de desigualdade é maior que a do período 2001 a 2011 conhecido como de marcada redução da desigualdade.

Gráfico 15 – Dinâmica Recente: Índice de Gini

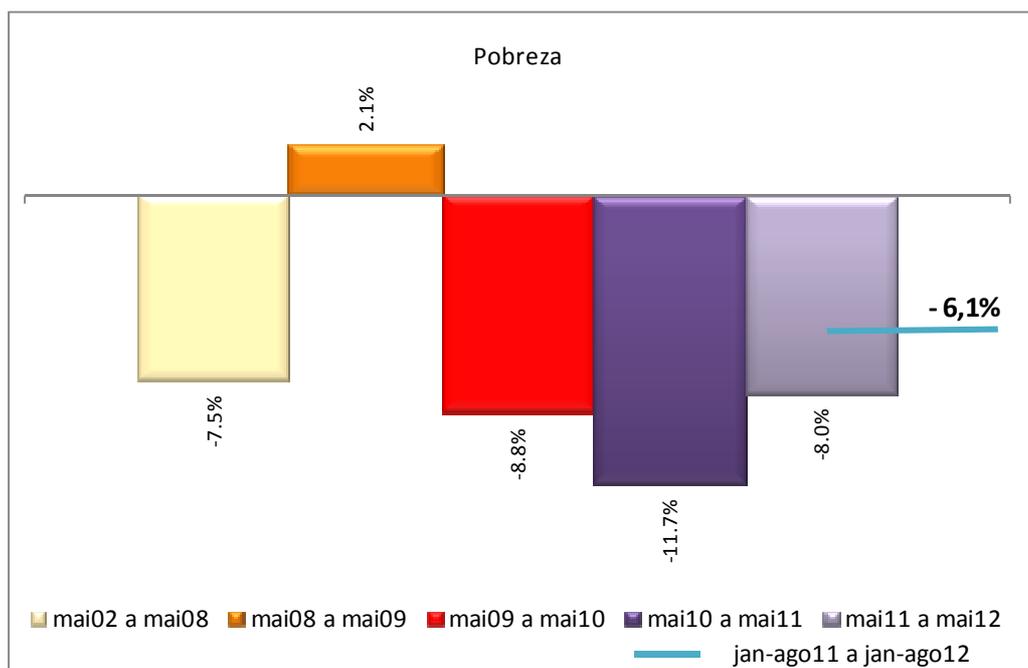


Fonte: IPEA a partir dos microdados das PMEs 2002-2012.

Pobreza - A pobreza, que caía a 7,5% entre maio de 2002 e maio de 2008, cresce 2,1% nos 12 meses terminados em maio de 2009. Daí em diante, observamos queda expressiva, de 8,8% até maio de 2010, e 11,7% até maio de 2011. Depois há desaceleração da queda até dezembro de 2011, quando retoma a 8,8% entre maio de 2011 e 2012. Fechando a série, acumulamos nos oito primeiros meses de 2012 redução de 6,1% na taxa.

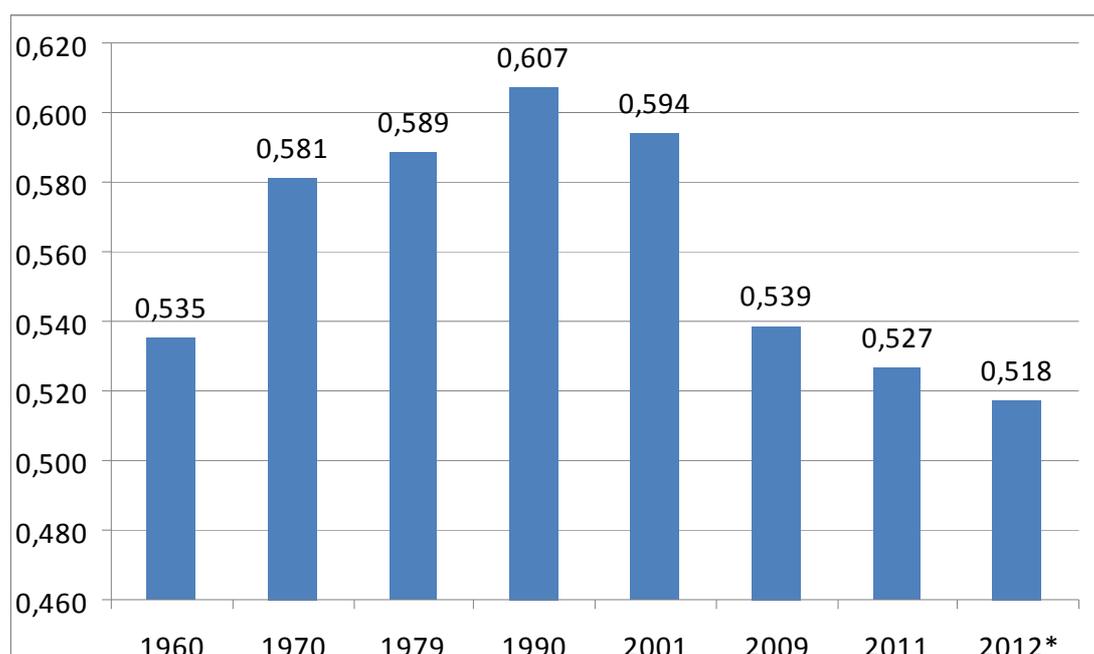
Após as instabilidades europeias de agosto de 2011, observamos queda abrupta da taxa de crescimento da renda média em 12 meses, que parece entretanto estar mais ligada à mudança da base de comparação do ano anterior. Fechando a série observamos resultados positivos para junho deste ano.

Gráfico 16 – Dinâmica Recente: Pobreza



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PMEs 2002-2012.

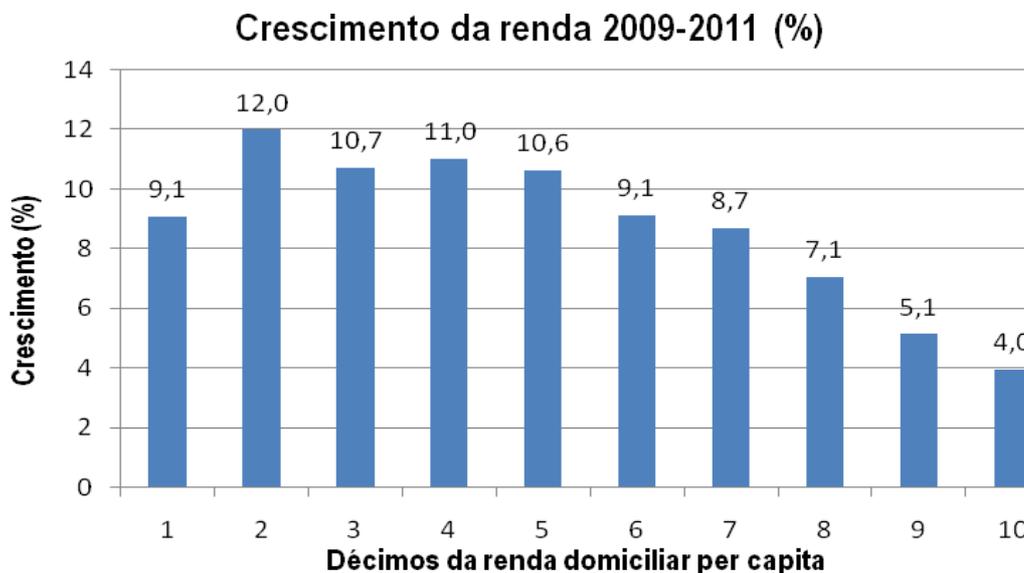
Gráfico 17 – Visão de Longo Prazo Desigualdade (Gini) incluindo PME* de 2012



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973

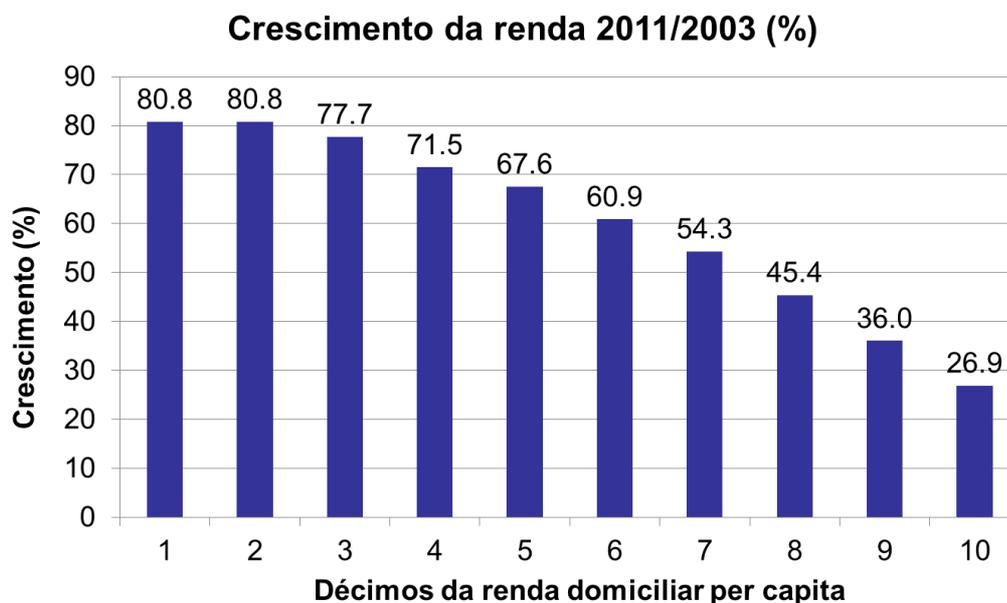
2009 a 2011 e 2003 a 2011 - Apresentamos abaixo o gráfico do crescimento da renda por décimos do biênio 2009 a 2011 e, depois, 2003 a 2011 que mostra ganhos maiores para os primeiros décimos da distribuição, em particular aqueles situados abaixo da mediana. O que talvez esteja associado à escolha da combinação de políticas de rendas como reajustes do salário mínimo e expansão do Bolsa Família sob a égide do Brasil Sem Miséria.

Gráfico 18 – Crescimento da renda por décimos do biênio 2009-2011



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs/IBGE

Gráfico 19 – Crescimento da renda, 2003-2011



Fonte: IPEA a partir dos microdados das PNADs/IBGE

3. Sobre a Preparação dos Dados

Este trabalho utilizou os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1995 a 2011. Para o período de 2001 a 2009 foram usadas as projeções de população reponderadas que o IBGE divulgou junto com a PNAD 2011. As áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins) foram excluídas das análises porque não eram cobertas pelas PNADs anteriores a 2004.

Foram considerados nos cálculos todos os indivíduos moradores de domicílios particulares permanentes, exceto pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. Como nossa principal variável de interesse é a renda domiciliar *per capita*, foram excluídos também os domicílios com renda ignorada, isto é, aqueles em que algum dos membros não informou o valor dos rendimentos recebidos em alguma das fontes de renda captadas pelas PNADs.

A eliminação dos pensionistas e afins acarreta uma perda muito pequena de casos, variando entre um mínimo de 0,24% (em 2011) e um máximo de 0,52% (em 1995) da população. Já os indivíduos em domicílios com renda ignorada são mais numerosos, representando entre 1,8% (em 2005) e 5,5% (em 2011) da população brasileira. De qualquer modo, mesmo neste último caso julgamos que a perda é pequena o suficiente para não afetar seriamente os resultados obtidos.

Os rendimentos declarados nas PNADs foram deflacionados para 1º de outubro de 2011 de acordo com a sugestão de Corseuil e Foguel (2002). A desagregação dos rendimentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) em anos escolhidos seguiu a estratégia convencional inspirada pelo chamado método dos "valores típicos" (Barros; Carvalho; Franco, 2007; ver também Soares et al., 2010). No primeiro caso, todos os indivíduos com rendimentos equivalentes a 1 salário mínimo na variável "Outras rendas" (v1273) foram considerados beneficiários do BPC. Já no caso do PBF, todas as famílias cuja soma das "Outras rendas" (já descontadas do BPC) era menor ou igual ao maior valor transferido pelo programa foram consideradas beneficiárias.

Assim, por exemplo, em 2011, todos os indivíduos que declararam o valor de R\$ 545 nas "Outras rendas" foram marcados como beneficiários do BPC, e todas as famílias cuja soma desses outros rendimentos era menor ou igual a R\$ 306 foram marcadas como beneficiárias do PBF.

Para os anos em que o PBF não existia, o valor máximo possível foi obtido pela soma dos programas de transferência de renda então existentes, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação.

Na análise do crescimento da renda, tanto o PBF quanto os outros rendimentos foram alocados inteiramente à pessoa de referência dos domicílios.

4. Decomposição da Desigualdade

4.1 Metodologia

A medida de desigualdade utilizada neste trabalho é o índice de Gini, cuja popularidade se explica tanto por ser facilmente calculável e interpretável. O Gini varia entre zero, quando há igualdade absoluta, e um, quando há a maior concentração possível.

A igualdade absoluta ocorre quando todos os indivíduos de uma população têm exatamente a mesma renda. A maior concentração se dá quando toda a renda é apropriada por um único indivíduo e todos os demais ficam sem rendimentos.

O índice de Gini ainda apresenta uma vantagem adicional para o estudo da desigualdade: ele é decomponível por fatores ou fontes de rendimentos (Shorrocks, 1982). Isso significa que é possível fazer a decomposição da desigualdade total para saber como cada uma das fontes que compõem a renda total contribui para a desigualdade. A contribuição de cada fonte é dada pela multiplicação de sua participação na renda total e seu coeficiente de concentração, que é uma medida do quão desigual é a sua distribuição. A desigualdade total é equivalente à soma dessa multiplicação para todas as fontes de renda.

Cada coeficiente de concentração varia entre -1, quando aquela fonte de renda é inteiramente apropriada pelo indivíduo mais pobre na distribuição total, e +1, quando é o indivíduo mais rico quem recebe tudo. Se o coeficiente for menor do que o índice de Gini, então ele contribui para diminuir a desigualdade total, e vice-versa. Se ele for menor do que zero, mais do que simplesmente ajudar a diminuir o Gini, ele contribui para a equalização forte das rendas, pois é majoritariamente apropriado pelos mais pobres. O coeficiente de concentração da renda domiciliar *per capita* total é o próprio índice de Gini.

Além da chamada decomposição estática, isto é, a decomposição do Gini por fatores em um dado momento do tempo, também é possível fazer a decomposição dinâmica do Gini, ou seja, analisar como cada fonte de renda contribui para mudanças na desigualdade entre dois momentos no tempo (Mookherjee; Shorrocks, 1982).

A contribuição de cada fonte de renda é dada pela soma de dois componentes: o "efeito composição", isto é, a variação na desigualdade causada por mudanças na participação relativa daquela fonte na renda total; e o "efeito concentração", isto é, a variação na desigualdade causada por mudanças na distribuição daquela fonte. A soma dos dois componentes para todos os fatores de renda é equivalente à mudança total na desigualdade. Por motivos de espaço, as tabelas abaixo apresentam apenas a contribuição total de cada fonte de renda para as variações na desigualdade.

Neste trabalho, as decomposições da desigualdade foram aplicadas a seis anos específicos: 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011. Para esses anos, a renda domiciliar *per capita* foi dividida em cinco componentes: trabalho, previdência pública, BPC, PBF e outras rendas.

4.2 Decomposições estáticas da desigualdade

A tabela traz as decomposições estáticas da desigualdade para 2001, 2009 e 2011. Como se vê, o índice de Gini da renda domiciliar *per capita* caiu continuamente entre 2001 e 2011. Quase todas as fontes de rendimentos se tornaram menos concentradas nesse período - a única exceção é o BPC, que se tornou um pouco mais concentrado em função dos grandes aumentos do salário mínimo, mas que, de qualquer forma, continua sendo excepcionalmente progressivo.

Tanto o mercado de trabalho quanto a previdência, as duas principais fontes de renda, apresentaram melhoras sensíveis nos seus coeficientes de concentração. O caso da previdência, em particular, merece

destaque: no início do período, sua distribuição era um pouco pior do que a do mercado de trabalho, mas em 2011, pela primeira vez, ela se tornou melhor. Esses resultados atestam o sucesso, do ponto de vista redistributivo, da política de reajustes adotada nos últimos anos: enquanto os aumentos reais do salário mínimo beneficiam os aposentados e pensionistas mais pobres, os benefícios mais elevados foram corrigidos apenas pela inflação.

Finalmente, o grau de progressividade do Programa Bolsa Família também merece ser comentado. De acordo com os dados administrativos, entre 2005 e 2011 o número de famílias beneficiárias cresceu mais de 70%⁶, mas isso não piorou o coeficiente de concentração do programa, muito pelo contrário. O PBF permanece, de longe, a fonte de renda mais progressiva, isto é, com maior focalização entre os mais pobres.

No que diz respeito à participação na renda, vale observar que não houve mudanças radicais entre 2001 e 2011. A renda do trabalho continua representando mais de três quartos da renda total, seguida de muito longe pela previdência. Apesar de sua expansão ao longo da década, tanto o BPC quanto o PBF ainda correspondem a uma fração mínima, somando apenas 1.5% da renda total.

Tabela 1 - Decomposições estáticas da desigualdade da renda domiciliar *per capita* - Brasil, 2001/2011

Coeficiente de concentração	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Trabalho	0.589	0.578	0.565	0.557	0.544	0.539
Previdência	0.601	0.594	0.585	0.562	0.564	0.531
BPC	-0.097	-0.064	-0.012	-0.047	-0.017	-0.003
PBF	-0.328	-0.330	-0.484	-0.540	-0.527	-0.525
Outras rendas	0.668	0.659	0.662	0.620	0.602	0.605
Total (Gini)	0.594	0.581	0.566	0.552	0.539	0.527
Participação na renda (%)	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Trabalho	77.9	76.7	75.9	77.0	76.2	77.4
Previdência	17.1	18.5	18.2	18.0	18.8	18.2
BPC	0.1	0.1	0.5	0.5	0.6	0.6
PBF	0.1	0.3	0.4	0.5	0.7	0.9
Outras rendas	4.9	4.4	5.1	4.0	3.7	3.0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

4.3 Decomposições dinâmicas da desigualdade

A tabela 2 apresenta a contribuição absoluta e relativa de cada fonte de renda para as variações nas desigualdades dos biênios entre 2001 e 2011 e também para o período todo. O que chama a atenção em primeiro lugar é a relativa estabilidade do ritmo da queda da desigualdade. A diminuição no período 2009/2011 foi apenas um pouco mais lenta do que a observada nos outros anos, o que pode inclusive decorrer apenas das mudanças tradicionais da PNAD de uma década para outra⁷.

De todo modo, as causas da queda da desigualdade no período 2009/2011 foram muito diferentes dos demais períodos. Pela primeira vez, os rendimentos da previdência apresentaram a maior contribuição: cerca

⁶ Dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php>

⁷ Após a realização de cada Censo Demográfico, ocorre um novo sorteio dos municípios pesquisados pelas PNADs, ainda que o desenho amostral seja o mesmo. Em relação às PNADs dos anos 2001-2009, a PNAD 2011 visitou mais municípios (1.100 contra 851) e mais setores censitários (9.166 contra 7818).

de 55% da queda do índice de Gini entre 2009 e 2011 decorreu da desconcentração dos benefícios previdenciários. A renda do trabalho, que até então tinha sido o principal fator da queda em todos os outros biênios, veio em segundo lugar, com 28%. Já a expansão do número de famílias no PBF entre 2009 e 2011 respondeu por 16% da redução da desigualdade.

No período 2001/2011 como um todo, no entanto, a renda do trabalho continua tendo a maior contribuição para a queda da desigualdade. Quase 60% da queda do índice de Gini decorre do fato de que o mercado de trabalho ficou menos desigual. A previdência foi o segundo fator mais importante, seguida de perto pelo PBF, um programa que, mesmo representando apenas uma ínfima fração da renda, causou mais de 10% da queda da desigualdade.

Esses números sugerem que a continuação da queda da desigualdade depende de três fenômenos complementares. Primeiro, é preciso que o mercado de trabalho se torne menos desigual, de preferência em um ritmo ainda maior que o observado até aqui. Como a renda do trabalho representa mais de três quartos da renda total, qualquer mudança na sua concentração tem grandes efeitos sobre a desigualdade. Nesse sentido, basta observar que a contribuição da renda do trabalho para a queda da desigualdade entre 2001 e 2011 foi mais do que o dobro das rendas da previdência, muito embora a distribuição destas últimas tenha melhorado mais.

Em segundo lugar, pelo menos no médio prazo a política de reajustes dos benefícios previdenciários deve ser mantida. Ao repassar ganhos reais apenas para os aposentados e pensionistas com menos recursos, é possível conter custos e diminuir as grandes desigualdades do sistema previdenciário.

Por último, o papel do programa Bolsa Família não deve ser desprezado. Ele é, de longe, uma das políticas públicas mais eficientes no combate à desigualdade. Seu coeficiente de concentração altamente negativo mesmo em 2011 indica que cada real adicional gasto no programa continua tendo um efeito fortemente equalizador. Assim, reajustes ou mesmo a criação de novos benefícios têm um grande potencial para aprofundar a queda da desigualdade de renda no Brasil. Isso provavelmente ficará mais claro ainda quando pudermos analisar os dados da PNAD 2012, que já vai captar os efeitos do programa Brasil Carinhoso, anunciado no último mês de maio.

Tabela 2 - Decomposições dinâmicas da queda da desigualdade da renda domiciliar *per capita* - Brasil, 2001/2011

Contribuição absoluta	2001/2003	2003/2005	2005/2007	2007/2009	2009/2011	2001/2011
Trabalho	-0.008	-0.010	-0.005	-0.011	-0.003	-0.038
Previdência	-0.001	-0.002	-0.004	0.000	-0.006	-0.012
BPC	0.000	-0.002	-0.001	0.000	0.000	-0.003
PBF	-0.002	-0.002	-0.001	-0.002	-0.002	-0.009
Outras rendas	-0.001	0.001	-0.003	-0.001	0.000	-0.004
ΔGini	-0.013	-0.015	-0.014	-0.013	-0.011	-0.066
Contribuição relativa (%)	2001/2003	2003/2005	2005/2007	2007/2009	2009/2011	2001/2011
Trabalho	66	70	39	79	28	58
Previdência	9	11	30	-4	55	19
BPC	2	13	4	3	-2	4
PBF	17	11	8	16	16	13
Outras rendas	6	-5	20	7	3	6
ΔGini	100	100	100	100	100	100

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

5. Decomposição da Renda Média

5.1 Metodologia

A decomposição do crescimento da renda média baseia-se em operações aritméticas simples. Para cada ano, a renda domiciliar *per capita* média pode ser expressa como a soma das rendas médias de cada fonte de renda; já essas rendas médias são o resultado da multiplicação da proporção de indivíduos que recebem cada fonte de renda pelo valor médio recebido por eles, isto é, pela média condicional a receber um determinado tipo de rendimento⁸.

Em termos formais, se considerarmos que y é a renda média e que p_k e y_k^* denotam, respectivamente, a proporção e a renda média condicional de cada um das k fontes de rendimentos, então:

$$y = \sum_{k=1}^K p_k \cdot y_k^* \quad (1)$$

A partir da equação (1) é possível decompor a mudança na renda média entre dois pontos no tempo, de modo que cada fonte de rendimentos que compõe a renda total tem sua contribuição dividida em dois componentes: a variação na proporção da população que recebe cada fonte e a variação no valor médio recebido por esses indivíduos. A fórmula para isso é:

$$\Delta y = \sum_{k=1}^K (\Delta p_k \cdot \bar{y}_k^*) + (\bar{p}_k \cdot \Delta y_k^*) \quad (2)$$

O primeiro componente da equação (2) é justamente o efeito da variação na proporção de recebedores de uma determinada fonte de rendimentos ("efeito de proporções"), enquanto o segundo é o efeito da variação nas rendas médias condicionais ("efeito de médias"). A soma dos dois componentes dá a contribuição total de cada fonte de renda, e a soma dessas contribuições totais é igual à variação na renda domiciliar *per capita* média.

5.2 Decomposições do crescimento da renda média

A tabela 3 apresenta as decomposições estáticas da renda média, isto é, a proporção de recebedores, a renda média condicional e a multiplicação de ambas (rendas médias gerais) para os anos selecionados. De início, pode-se perceber que houve um aumento tanto no número de recebedores quanto nos valores médios recebidos da maior parte das fontes de rendimentos.

Por exemplo, o percentual de indivíduos que tinham ocupações remuneradas subiu de 39% para 44% da população brasileira entre 2001 e 2011, enquanto o rendimento médio do trabalho desse grupo aumentou de R\$ 1.149 para R\$ 1.340.

As "outras rendas" foram a única fonte de rendimentos que não apresentou melhorias nos dois componentes. Embora o valor médio condicional tenha crescido um pouco, a proporção de pessoas beneficiárias desse tipo de rendimento caiu um pouco em 2011.

⁸ Para um exemplo da aplicação dessa metodologia, ver Souza e Osorio (2011).

Tabela 3 - Decomposições estáticas da renda média: proporção de recebedores, médias condicionais e médias gerais por fonte de rendimentos - Brasil, 2001/2011

Proporção de recebedores (%)	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Trabalho	39.0	40.0	41.7	42.7	43.9	44.0
Previdência	10.7	11.3	11.4	11.7	12.2	12.8
BPC	0.1	0.2	0.7	0.7	0.8	0.8
PBF	1.2	3.3	3.6	3.8	4.8	5.7
Outras rendas	3.6	3.3	3.9	3.6	3.7	2.8
Médias condicionais (R\$ 2011)	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Trabalho	1149	1039	1083	1201	1245	1340
Previdência	916	887	951	1026	1107	1086
BPC	348	362	406	477	523	545
PBF	40	52	70	89	104	116
Outras rendas	773	719	768	750	715	809
Médias gerais (R\$ 2011)	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Trabalho	448	416	451	513	547	590
Previdência	98	100	108	120	135	139
BPC	0	1	3	3	4	4
PBF	0	2	2	3	5	7
Outras rendas	28	24	30	27	27	23
Renda domiciliar per capita	576	542	595	667	718	763

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

As decomposições dinâmicas para os períodos 2001-2011 e 2009-2011 são apresentadas na tabela 4. Entre 2001 e 2011, a renda domiciliar *per capita* aumentou em R\$ 187, puxada principalmente pela contribuição da renda do trabalho. O aumento da proporção de indivíduos ocupados remunerados respondeu por 1/3 do crescimento da renda, enquanto a elevação dos salários desse grupo causou 42% do crescimento. Dessa forma, as mudanças no mercado de trabalho representaram mais de 3/4 do aumento da renda domiciliar *per capita* entre 2001 e 2011.

As transferências da previdência social, por sua vez, foram o segundo elemento mais importante para a elevação da renda. Sua contribuição dividiu-se por igual entre o crescimento da proporção de beneficiários e o aumento dos benefícios médios, de modo que no total a previdência respondeu por pouco mais de 20% das mudanças no período.

As demais fontes de renda tiveram participação bem menor, o que se explica sobretudo pelo seu tamanho apenas moderado. Tanto o BPC quanto, principalmente, o PBF têm muito mais impacto na redução da pobreza e da desigualdade do que no crescimento da renda média, o que é de se esperar para programas focalizados desse tipo.

A dinâmica entre 2009 e 2011 foi bem diferente daquela do período 2001-2011 como um todo. Quase todo o crescimento da renda média se deu pela elevação dos salários dos trabalhadores ocupados. A Previdência Social e o PBF, que foram fundamentais para a queda da desigualdade nesse biênio, tiveram participação apenas marginal no aumento da renda média.

Em outras palavras, especialmente no período mais recente, houve uma disjunção entre as causas do crescimento da renda média e da redução da desigualdade. Antes, o mercado de trabalho fora o principal motor de ambos os processos; mais recentemente, como vimos, sua contribuição para a queda da

desigualdade diminuiu bastante. Caso essa tendência permaneça nos próximos anos, o objetivo último de promover um crescimento pró-pobre vai enfrentar novos obstáculos.

Tabela 4 - Decomposições dinâmicas da renda média- Brasil, 2001-2011 e 2009-2011

2001-2011	Contribuição absoluta (R\$ 2011)			Contribuição relativa (%)		
	Efeito de proporções	Efeito de médias	Efeito total	Efeito de proporções	Efeito de médias	Efeito total
Trabalho	62	79	142	33	42	76
Previdência	20	20	40	11	11	21
BPC	3	1	4	2	0	2
PBF	4	3	6	2	1	3
Outras rendas	-6	1	-5	-3	1	-3
Total	83	104	187	44	56	100
2009-2011	Contribuição absoluta (R\$ 2011)			Contribuição relativa (%)		
	Efeito de proporções	Efeito de médias	Efeito total	Efeito de proporções	Efeito de médias	Efeito total
Trabalho	1	42	43	3	93	96
Previdência	6	-3	4	14	-6	8
BPC	0	0	0	0	0	0
PBF	1	1	2	2	1	4
Outras rendas	-7	3	-4	-15	7	-8
Total	2	43	45	5	95	100

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

6. Decomposição da Queda da Pobreza

6.1 Metodologia

O debate contemporâneo sobre a decomposição de variações nos índices de pobreza em crescimento e redistribuição data do início dos anos 1990 (Kakwani; Subbarao, 1990; 1991; 1992; Tendulkar; Jain, 1990; 1991; Datt; Ravallion, 1992). Mais recentemente, Kakwani (2000) refinou a abordagem mais comum, eliminando o resíduo, isto é, o termo de interação entre crescimento econômico e mudanças na desigualdade.

Na decomposição de Kakwani, a variação da medida de pobreza é a soma de dois componentes: o efeito do crescimento econômico é obtido considerando que a desigualdade continua igual, mas a renda média varia; o oposto ocorre no cálculo do efeito da desigualdade.

Esse método é aplicável a todas as medidas de pobreza aditivamente decomponíveis. A família de indicadores formalizada por Foster, Greer e Thorbecke (1984) está entre as mais populares medidas desse tipo. Elas incluem três medidas básicas: a P0 é simplesmente a proporção de pobres em uma dada população e, portanto, varia entre zero (quando não há pobreza) e 1 (quando todos são pobres).

A medida P1 é a média do hiato de pobreza normalizado, de modo que, quando não há pobres, ele atinge o valor mínimo de zero, e quando ninguém na população tem rendimentos ele chega ao valor máximo de 1. Na prática, o P1 é o resultado da multiplicação da proporção de pobres (P0) pelo hiato médio relativo dos pobres, isto é, a diferença entre a linha de pobreza e a renda média dos pobres.

A medida P2 é o quadrado da média do hiato de pobreza normalizado. Se a medida P0 leva em conta apenas a proporção de pobres, e a P1 a proporção e o hiato de pobreza, a medida P2 considera também o grau de desigualdade de renda entre os pobres.

A linha de pobreza empregada nas análises foi de R\$ 140 *per capita* na PNAD 2011.

6.2 Decomposição da queda da pobreza entre 2001 e 2011

A tabela 5 traz as decomposições do P0, do P1 e do P2 para 2001 e 2011. Apesar do forte crescimento econômico da última década, nos três casos a redução da desigualdade foi mais importante para a diminuição da pobreza.

Tome-se o caso da medida P0, normalmente a mais discutida das três, uma vez que representa o percentual de pobres na população. Entre 2001 e 2011, houve uma queda de pouco mais de 14 pontos percentuais: a pobreza estava em 24,5% em 2001 e recuou para 10,4% em 2011. Pouco mais de metade dessa queda foi provocada por mudanças na desigualdade, decorrentes principalmente da expansão das transferências da assistência social, como as do Programa Bolsa Família, que são focalizadas nos mais pobres.

Sem essa redução da desigualdade, a renda média precisaria ter aumentado quase 89% entre 2001 e 2011 para que a pobreza tivesse a mesma queda. Mesmo com todo o crescimento dos anos 2000 até agora, no entanto, o aumento efetivamente registrado no período foi de apenas 32%. Ou seja, o crescimento econômico teria de ter sido mais do que duas vezes maior do que o registrado, o que parece muito pouco factível.

Na prática, isso significa que, a não ser que o Brasil consiga registrar taxas chinesas de crescimento econômico, nos próximos anos o combate à pobreza dependerá muito mais da redução da desigualdade do que de aumentos da renda média.

Dado o contexto brasileiro hoje, trata-se de uma boa notícia, uma vez que, por um lado, o crescimento econômico depende de muitas variáveis que não estão sob controle governamental, e, por outro, o país já tem um conjunto institucionalizado de políticas e programas com grande potencial redistributivo, seja pela via da arrecadação (por exemplo, o Imposto de Renda da Pessoa Física), seja pela via do gasto público (por exemplo, o Programa Bolsa Família).

Tabela 5 - Decomposições dinâmicas da renda média- Brasil, 2001-2011 e 2009-2011

Componente	P0		P1		P2	
	Variação (p.p.)	% do total	Variação (p.p.)	% do total	Variação (p.p.)	% do total
Crescimento da renda	-6.8	48	-2.7	45	-1.5	44
Queda da desigualdade	-7.3	52	-3.4	55	-2.0	56
Total	-14.1	100	-6.1	100	-3.5	100

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

7. Índices de Desigualdade de Atkinson

7.1 Metodologia

A família de medidas de desigualdade de Atkinson (1970) é relativamente próxima da família de medidas de Entropia Generalizada, tendo como parâmetro principal o grau de "aversão à desigualdade" escolhido pelos pesquisadores. Trata-se, portanto, de uma medida explicitamente normativa, em que cada pesquisador pode escolher o grau de sensibilidade à desigualdade.

Esse tipo de medida toma como referência a literatura sobre funções de bem-estar social e seus resultados são fáceis de interpretar: dado um coeficiente de aversão à desigualdade ε , a medida diz qual a perda de bem-estar causada pela desigualdade como percentual para a renda média. Por exemplo, se $\varepsilon = 0.5$ e o resultado é $A_{0.5} = 0.10$, isso significa que o bem-estar agregado seria idêntico ao observado se a renda média fosse 10% menor, mas igualmente distribuída.

Quanto maior o valor de ε , maior o peso dado à desigualdade na parte de baixo da distribuição. Se $\varepsilon = 0$, então não há nenhuma aversão à desigualdade e o índice de Atkinson vai ser igual a zero. Ou seja, o mesmo nível de bem-estar agregado só seria obtido em uma distribuição igualitária com a mesma renda média observada.

Por ser um índice explicitamente normativo, não há consenso a respeito do grau de aversão à desigualdade mais apropriado. O procedimento mais adotado é o cálculo do índice de Atkinson para diferentes valores de ε , em geral oscilando entre 0 e 1. Dessa forma, a análise abaixo foi realizada para três valores possíveis: 0,1 (baixa aversão à desigualdade), 0,5 (média aversão à desigualdade) e 0,9 (alta aversão à desigualdade).

Para cada um desses valores de ε , o índice de Atkinson foi calculado para duas variáveis diferentes: a renda domiciliar *per capita* observada e a renda domiciliar *per capita* excluindo as transferências do programa Bolsa Família.

7.2 Desigualdade e bem-estar entre 2001 e 2011

A tabela 5 traz os resultados para anos selecionados entre 2001 e 2011. Como a desigualdade de renda caiu continuamente nesse período, todos os indicadores melhoraram. Por exemplo, para um baixo grau de aversão à desigualdade, a perda de bem-estar em 2001 era de quase 7%, caindo monotonicamente para pouco mais de 5% em 2011. Ou seja, em 2001 o mesmo nível de bem-estar seria obtido em uma distribuição igualitária com renda média 7% menor do que a observada; em 2011, esse percentual era de 5%.

Conforme o grau de aversão à desigualdade aumenta, as perdas de bem-estar correspondentes crescem expressivamente. No caso da aversão alta, por exemplo, a perda chega a mais de 50% da renda: o mesmo nível de bem-estar agregado seria obtido em uma distribuição igualitária cuja renda média fosse praticamente a metade da registrada no Brasil em 2011.

Mais interessante ainda é comparar os resultados para as rendas com e sem as transferências do PBF. Quanto maior o grau de aversão à desigualdade, maior o impacto do PBF. Se a aversão for baixa, os resultados são quase idênticos com e sem o PBF: no período 2001-2011 a presença do PBF só diminui a perda de bem-estar em mais 0,2 ponto percentual. Se a aversão for média, a diferença já é expressiva: o PBF causa uma melhora adicional de 1,3 ponto percentual. Se a aversão for alta, então quase toda a diminuição da perda pode ser atribuída ao PBF: a melhora de 9,4 p.p. cairia para apenas 1,9 p.p. se o PBF não existisse.

Tabela 6 - Índice de Atkinson para diferentes graus de aversão à desigualdade - Brasil, 2001/2011

Aversão à desigualdade	Perda relativa de bem-estar (%)						Variação (p.p.)
	2001	2003	2005	2007	2009	2011	
Baixa ($\varepsilon = 0.1$)							
Renda com o PBF	6.9	6.5	6.3	5.9	5.7	5.4	-1.5
Renda sem o PBF	6.9	6.6	6.3	6.0	5.8	5.6	-1.3
Média ($\varepsilon = 0.5$)							
Renda com o PBF	29.7	28.4	26.9	25.8	24.6	23.7	-6.1
Renda sem o PBF	29.9	28.8	27.5	26.6	25.7	25.1	-4.8
Alta ($\varepsilon = 0.9$)							
Renda com o PBF	51.7	48.9	45.4	45.4	42.9	42.3	-9.4
Renda sem o PBF	52.3	51.1	48.1	49.9	48.6	50.5	-1.9

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

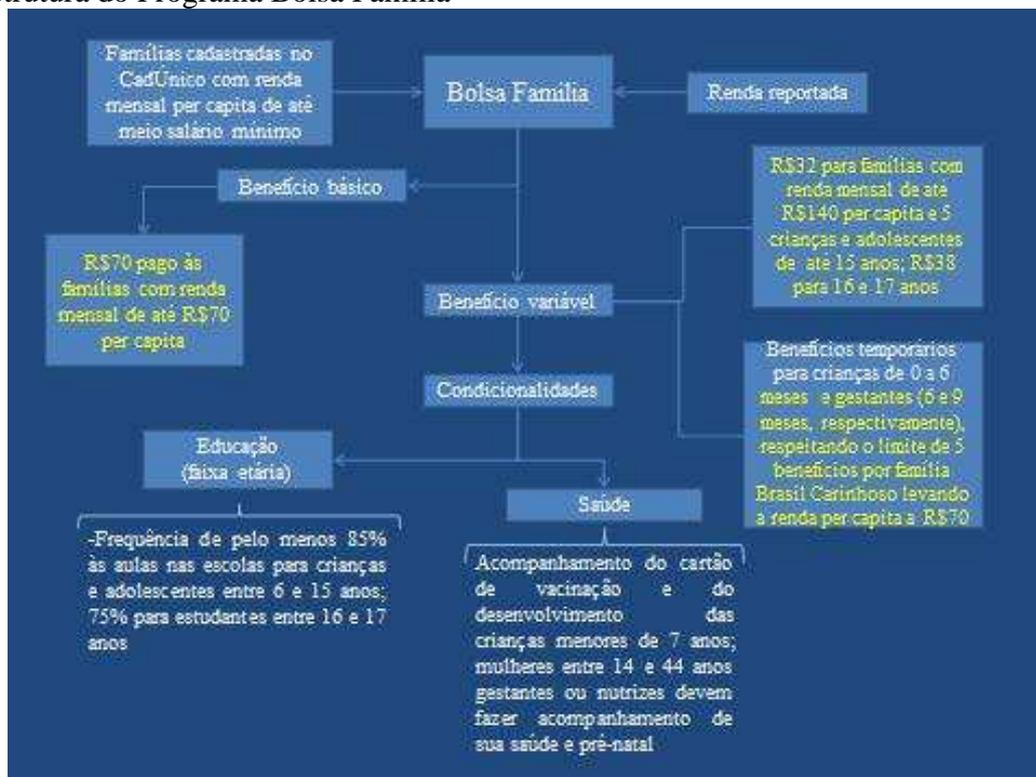
8. O Programa Bolsa Família Federal

8.1 Descrição

Programas de transferência condicionada de renda são cada vez mais usados como políticas públicas focadas nos pobres de países da América Latina. O fato de a desigualdade de renda estar caindo de maneira generalizada nos diversos países da região onde estes programas ganharam maior escala e notoriedade os colocam na fronteira do combate à pobreza e à desigualdade no mundo. Tenho feito e recebido visitas de lugares diferentes, tais como África do Sul, China, Índia, Indonésia e Nova York, cujo tema tem sido os progressos e desafios da pioneira experiência brasileira consolidada no programa Bolsa Família (PBF). O PBF brasileiro provê um benefício monetário mínimo às famílias pobres. As condicionalidades do PBF são: educação – frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; saúde – acompanhamento do calendário vacinal para crianças até seis anos; pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.

O PBF foi criado no final de 2003, a partir da fusão de quatro programas de transferência de renda preexistentes, sendo fortemente inspirada pelo programa de renda mínima vinculado à educação, o Bolsa Escola. Os objetivos almejados pelo PBF são: reduzir a pobreza e desigualdade de renda, provendo um benefício mínimo para famílias pobres; reduzir a transmissão intergeracional de pobreza, condicionando o recebimento dos benefícios a investimentos em capital humano pelos beneficiários. O foco do programa são as famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único Federal (CadÚnico), segundo uma regra de elegibilidade relacionada à renda familiar *per capita*. Embora a administração seja feita pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), várias outras instituições estão envolvidas, como a Caixa Econômica Federal e as prefeituras dos municípios, entre outras, o que denota características de descentralização e intersectorialidade do programa. A figura 1 apresenta a estrutura do PBF.

Figura 1 - Estrutura do Programa Bolsa Família



Fonte: CPS/FGV

Mudanças Recentes – Na figura 1, marcamos as áreas que foram objeto de alterações durante o governo Dilma Rousseff, detalhadas a seguir. O Plano Brasil sem Miséria foi lançado em 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, especificamente os brasileiros cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa. O Plano agrega diversas áreas e iniciativas, como transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva.

O impacto gerado pelo programa Família Bolsa Família, de seu desenho. Na tabela 1, incluímos mudanças recentes como o processo de busca ativa⁹; aumento de três para cinco crianças e adolescentes com até 15 anos que podem receber o benefício, representando uma adição de 1,3 milhão de crianças e adolescentes. Além disso, os valores dos benefícios variáveis (crianças e adolescentes) foram reajustados em 45% em março de 2011. A tabela 1 apresenta as principais alterações dos benefícios básico, variável e do jovem (BVJ) observadas.

Quadro 1 - Evolução dos Valores dos Benefícios do Bolsa Família

Critérios		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Elegibilidade (teto da renda familiar mensal per capita)	Extremamente Pobres	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00	R\$ 70,00
	Pobres	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 140,00	R\$ 140,00
Benefício	Básico	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 58,00	R\$ 62,00	R\$ 68,00	R\$ 70,00
	Variável	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 22,00	R\$ 32,00
	BVJ	-	-	-	-	-	R\$ 33,00	R\$ 38,00
	Básico	-	-	-	-	-	-	-
	Variável	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 22,00	R\$ 32,00
	BVJ	-	-	-	-	-	R\$ 33,00	R\$ 38,00

Fonte: Pedrozo (2010), complementado

⁹ O processo de busca ativa que foi implementado na cidade sob o nome de Família Carioca em Casa.

Mais recentemente, foi introduzido o programa Brasil Carinhoso, com foco na população de 0 a 6 anos, que foge do arcabouço anterior, complementando o valor até a linha de pobreza, seguindo as estratégias do sistema de pagamento traçadas para o estado e a cidade do Rio.

Impactos de Curto Prazo - Durante seus nove anos de existência, o programa Bolsa Família passou por expansões e foi alvo de uma série de estudos empíricos, que demonstraram seu elevado grau de focalização, e um forte impacto na pobreza e na desigualdade de renda propiciadas pela estrutura e capacidade do programa de chegar aos mais pobres. Além disso, foram avaliadas as possibilidades de avanços emanados do programa a prazo mais longo.

No que tange aos impactos de curto prazo sobre a pobreza e a desigualdade, Barros et. al. (2006a, 2006b) mostram que, entre 2001 e 2005, o coeficiente de Gini da renda *per capita* familiar decresceu 4,5%, dos quais metade foi devido às mudanças na distribuição da renda não provenientes do trabalho; destas, o PBF contribuiu com 12% e, por ser o mais focalizado entre os mais pobres, parece ter sido o mais eficiente. Soares e Sátyro (2009), utilizando dados de pesquisas domiciliares de 2006, concluem que o PBF é responsável por uma queda de 8% na proporção de pobres e 18% no hiato de pobreza, que é a diferença em termos percentuais da renda média dos pobres em relação ao valor da linha de pobreza. Barros et. al. (2010) analisam os determinantes imediatos da redução da pobreza para o período entre 2001 e 2008, mostrando que a queda da desigualdade se deve ao fato de a renda dos mais pobres ter crescido mais rápido que a dos mais ricos. Os autores estimam que o Bolsa Família contribuiu com 15% do total da queda da incidência da extrema pobreza e com 35% da redução do hiato da extrema pobreza.

Dentre vários estudos (Lindert et al, 2007), focamos aqui na análise os estudos desenvolvidos pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e co-autores que participaram do desenho e implementação dos programas do Rio de Janeiro. Neri (2009), ao estender até 2008 o período de análise, encontra efeitos do Bolsa Família da ordem de 17% do total da redução observada do índice de Gini. Kakwani et. al. (2006 e 2010) encontram efeitos maiores do Bolsa Família no período, por usar uma função de bem-estar mais pró-pobre, isto é, mais sensível às mudanças na baixa renda. A conclusão foi que um pequeno aumento nos programas de transferência de renda governamentais focalizados produziu um impacto nas condições de vida dos pobres 10 vezes maior que as mudanças nos gastos previdenciários.

8.2 Elegibilidade ao PBF

Todos os programas focalizados têm sempre que enfrentar dois problemas possíveis: os erros de inclusão e os erros de exclusão. O primeiro tipo de erro ocorre quando existem entre os beneficiários indivíduos ou famílias que não atendem aos critérios de elegibilidade do programa. O segundo tipo é o oposto: ele ocorre quando existem indivíduos ou famílias elegíveis que não são beneficiadas pelo programa.

Em alguma medida, os dois tipos de erros são inevitáveis. Mesmo que fosse possível eliminar os dois tipos de erros em um dado momento do tempo, é muito provável que ao longo do tempo novos casos apareçam. Bons programas continuamente monitoram e corrigem essas situações. O que realmente importa, então, é a magnitude desses erros e sua tendência no tempo.

Nesta seção, a análise se concentrará nos erros de exclusão do Programa Bolsa Família, isto é, na existência de famílias elegíveis que não participam do programa. Os erros de inclusão serão deixados de lado, pois é impossível avaliar adequadamente esse tipo de erro com base em dados transversais como os das PNADs.

O principal motivo para isso é que a renda das famílias – especialmente das famílias mais pobres – é muito volátil, ou seja, tende a variar muito de um mês para o outro. As estimativas produzidas com base em um único momento do tempo – como as PNADs – acabam ignorando o fato de que uma parte das famílias não pobres pode ter tido rendimentos excepcionalmente elevados naquele período. Com efeito, os poucos dados disponíveis confirmam que a pobreza longitudinal – isto é, o percentual acumulado de pessoas que em

algum momento do tempo caíram abaixo da linha de pobreza – é bem superior à pobreza transversal (Soares, 2009).

Um segundo motivo que impossibilita uma avaliação adequada dos erros de inclusão é o fato de que hoje o Programa Bolsa Família adota um prazo mínimo de dois anos entre a atualização dos dados das famílias. Ou seja, mesmo aquelas famílias que realmente conseguiram sair da pobreza não constituem necessariamente um erro de inclusão, pois é possível que elas fossem efetivamente pobres no momento do cadastramento e ainda não tenham atualizado seus dados. Do ponto de vista do desenho do programa, trata-se de uma regra muito boa: por um lado, reconhece que é impossível verificar a renda de todas das famílias em todos os meses e estabelece critérios transparentes para isso; por outro, protege as famílias vulneráveis durante um tempo mínimo razoável e, assim, contribui tanto para diminuir sua incerteza com relação ao futuro e minimiza quaisquer possíveis incentivos negativos que o programa pudesse ter.

O erro de exclusão, por sua vez, é mais fácil de avaliar, embora também tenha seus obstáculos. O maior deles é que, quando comparadas com os registros administrativos, as PNADs sistematicamente subestimam o número de famílias beneficiárias do PBF, o que ocorre também com pesquisas domiciliares em outros países do mundo. Além disso, também é preciso considerar que nem toda a pobreza que aparece em pesquisas transversais é composta por famílias elegíveis ao PBF. É plausível imaginar, por exemplo, que parte das famílias esteja pobre em um dado momento do tempo devido a choques temporários, mas conte na verdade com uma renda permanente elevada e com mecanismos de suavização do consumo (como poupança acumulada e solidariedade familiar).

Há técnicas para lidar com os dois tipos de problemas, mas elas envolvem a manipulação dos dados originais de forma a acrescentar famílias no PBF e descartar da análise famílias não pobres, mas sem rendimentos (ver, por exemplo, Osório; Soares; Souza, 2011; Souza; Osorio; Soares, 2011). Como esses procedimentos ainda não se tornaram amplamente consensuais, nenhum dos dois foi empregado na análise abaixo e, portanto, os resultados acerca dos erros de exclusão devem ser interpretados com algum cuidado. Vale lembrar também que os termos “família” e “domicílio” são usados de forma intercambiável na análise.

O quadro 2 traz as regras para o PBF para os anos escolhidos, com as linhas de elegibilidade expressas tanto em reais correntes de cada ano quanto em reais de outubro de 2011.

Quadro 2 - Regras de elegibilidade ao Programa Bolsa Família em vigor durante as PNADs 2005, 2007, 2009 e 2011

Linhas de elegibilidade	2005	2007	2009	2011
Benefício básico				
R\$ correntes	50	60	70	70
R\$ 2011	67.68	75.35	78.66	70
Benefício variável para crianças (0 a 15 anos)				
R\$ correntes	100	120	140	140
R\$ 2011	135.35	150.71	157.31	140
Benefício variável para jovens (16 e 17 anos)				
R\$ correntes	-	-	140	140
R\$ 2011	-	-	157.31	140

A tabela 6 apresenta os números relativos ao tamanho do PBF, aos possíveis erros de exclusão e aos domicílios não elegíveis para o programa para os anos de 2005, 2007, 2009 e 2011. Como foi dito, o número de famílias beneficiárias na PNAD é bem menor do que o existente nos registros administrativos: em 2011, por exemplo, as 10,4 milhões de famílias identificadas na PNAD representam apenas 79% das 13,2 milhões

reportadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social¹⁰. Em 2005 esse percentual era de 82%; em 2007, 61%; e em 2009, 73%.

Se considerarmos apenas os dados das PNADs, percebe-se que, em números absolutos, desde 2005 houve um aumento de dois terços no tamanho do PBF, enquanto o erro de exclusão caiu pela metade. Na PNAD 2005 as famílias elegíveis mas não beneficiárias do PBF representavam quase 60% do total de famílias já incluídas no programa, mas em 2011 esse número caiu para apenas 17%.

Os números relativos confirmam que a progressiva expansão do PBF e o próprio crescimento econômico foram capazes de reduzir substancialmente os erros de exclusão. Enquanto o percentual de famílias beneficiárias subiu de 12% para 18% das famílias brasileiras, o de famílias elegíveis não beneficiárias caiu de 7% para 3%. Já as famílias não elegíveis têm oscilado em torno de 80% do total.

Essas tendências contribuíram decisivamente para que o PBF tivesse impactos tão positivos sobre a pobreza e a desigualdade, mas há espaço para melhorar ainda mais. De acordo com a PNAD, ainda existem quase dois milhões de famílias que deveriam estar no programa, mas não estão. Naturalmente, diante das dificuldades mencionadas acima (volatilidade de renda e choques temporários), é impossível dizer quão preciso esse número realmente é. Na ausência de informações longitudinais mais detalhadas, dado o tamanho atual do PBF, o número parece razoável. De qualquer modo, diminuir ainda mais esses erros de exclusão parece ser fundamental para o sucesso no combate à pobreza e à desigualdade.

Tabela 6 - Domicílios beneficiários do PBF, elegíveis não beneficiários e não elegíveis - Brasil, 2005/2011

Tipos de domicílios	Absoluto (em milhões)				Variação 2005-11 (%)
	2005	2007	2009	2011	
Recebem PBF	6.255	6.699	8.759	10.369	66
Elegíveis, não recebem	3.585	3.477	2.650	1.783	-50
Não elegíveis	41.251	43.324	44.431	45.242	10
Total	51.091	53.500	55.840	57.394	12
Tipos de domicílios	Relativo (%)				Variação 2005-11 (p.p.)
	2005	2007	2009	2011	
Recebem PBF	12.2	12.5	15.7	18.1	5.8
Elegíveis, não recebem	7.0	6.5	4.7	3.1	-3.9
Não elegíveis	80.7	81.0	79.6	78.8	-1.9
Total	100	100	100	100	-

Fonte: microdados das PNADs 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

¹⁰ Ver <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php>.

9. Conclusão

Não há na História brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001. A queda é comparável ao aumento da desigualdade dos anos 1960 que colocou o Brasil no imaginário internacional como a terra da iniquidade inercial. No período 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos. Nos últimos 12 meses terminados em junho de 2012, captamos mesmo movimento pela PME, perfazendo 11 anos consecutivos de quedas do índice de Gini.

Rendimentos do trabalho explicam 58% da queda do índice de Gini entre 2001 e 2008, sendo 19% dela explicada por aumentos dos benefícios da previdência social e 13% pelo Bolsa Família. Cada ponto percentual de redução do Gini pelas vias da previdência custou 352% mais que o obtido pelas vias do Bolsa Família. Note que todas essas transferências cresceram no período. Ou seja, a desigualdade poderia ter caído ainda mais se fizéssemos a opção preferencial pelos pobres pelas vias do Bolsa Família.

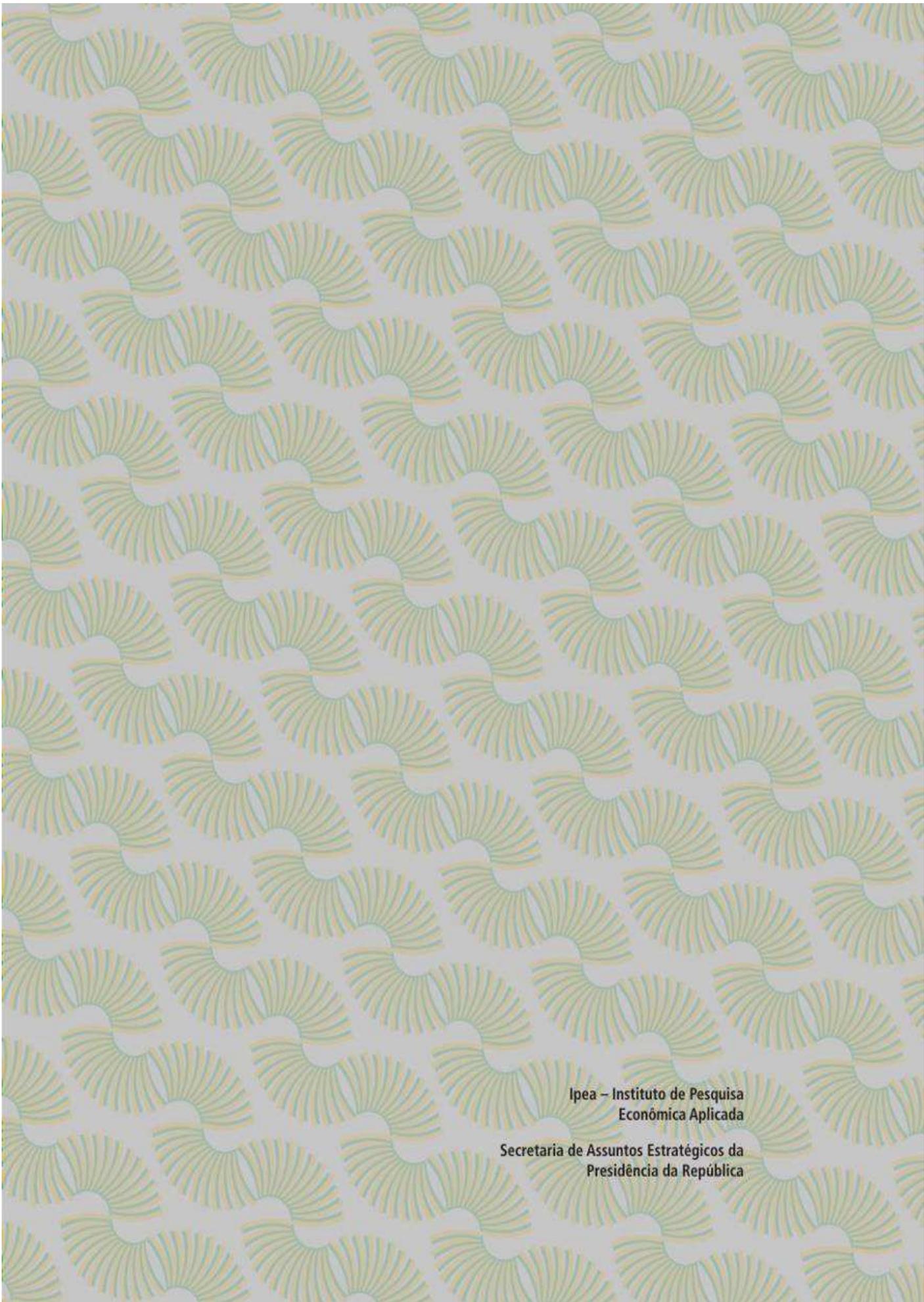
Se a década de 1990 foi a da estabilização da economia, a de 2000 foi a da redução de desigualdade de renda. E a nova década? Se for a da qualidade de educação, pode-se incluir no Bolsa Família a educação da primeira infância, a presença dos pais nas escolas e prêmios extras por performance escolar medidos pelo sistema de avaliação de proficiência instalado (Prova Brasil, ENEM etc). Se for a década do maior protagonismo dos pobres, novas portas de entrada à cidadania e aos mercados podem ser abertas pelo Bolsa Família através de crédito, seguro e poupança. Se for a da responsabilidade fiscal, o Bolsa Família custa hoje aos cofres federais menos de 0,5% do PIB. Se for a da erradicação da miséria proposta, o Bolsa Família é o caminho mais curto para se chegar lá, principalmente se acompanhado de *upgrades* que deem mais a quem tem menos, que tratem os diferentes pobres na medida de sua diferença. A segunda década do novo milênio parece ser a de múltiplos caminhos em direção à superação da pobreza. Diversos deles serão trilhados sobre a estrutura do Bolsa Família.

Bibliografia

- ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. **Journal of Economic Theory**, v. 2, n. 3, p. 244-263, 1970.
- BARROS, R. P. DE , FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. CAP. 21, vol. 2. Brasília: Ipea, 2007.
- BARROS, R. P. DE; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P. DE; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. *In*: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BARROS, R .P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para Discussão, nº. 286).
- BARROS, R .P. de; NERI, M. C. **An Evaluation of The Measurement of Income and Expenditures in Brazilian Household Surveys: POF X PNAD**, Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria, 1995.
- _____. The duration of poverty spells. *In*: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, Anais..., 1996.
- BONELLI, R. & SEDLACEK, G. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. *In*: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).
- CAMPOS, R. de O. **“Lanterna na Popa - memórias”**, 2 volumes, 4º edição, Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 1994. 1417 p.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: [s.n.]. (Texto para Discussão, n. 897).
- CRUCES, G. & GASPARINI, L. **"Programas Sociales en Argentina: alternativas para la ampliación de la cobertura,"** Working Papers 0077, CEDLAS, Universidad Nacional de La Plata, 2008.
- CURY, S.; LEME, M. C. da S. **“Redução da desigualdade e programas de transferência de renda: uma análise de equilíbrio geral”**. *In*: BARROS, R. P. de;
- DATT, G.; RAVALLION, M. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **Journal of Development Economics**, v. 38, p. 275-295, 1992.
- FERREIRA, F., LANJOUW, P. and NERI, M. (2003). **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92.
- FISHLOW, A. (1972): “Brazilian Size Distribution of Income”, American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, pp.391-402.

- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- FRYER, R. **Financial Incentives and Student Achievement: Evidence from randomized Trials**. Harvard University, Ed. Labs, and NBER, 2010. Mimeo.
- _____. **Aligning Student, Parent and Teacher Incentives: Evidence from Houston Public Schools** Harvard University and NBER, 2012. Mimeo.
- GASPARINI, L. (2003). **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003**. Washington, D.C.: World Bank. Mimeografado.
- IFPRI Segunda Rodada de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2012
- KAKWANI N., NERI, M., SON H. **Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience** World Development, v.38, p.881 884,
- KAKWANI, N. On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand. **Journal of Quantitative Economics**, v. 16, p. 67-80, 2000.
- KAKWANI, N.; SUBBARAO, K. Rural Poverty and Its Alleviation in India. **Economic and Political Weekly**, v. 25, n. 13, p. A2-A16, 1990.
- KAKWANI, N.; SUBBARAO, K. Discussion: Rural Poverty and Its Alleviation in India. **Economic and Political Weekly**, v. 26, n. 24, p. 1482-1486, 1991.
- KAKWANI, N.; SUBBARAO, K. Discussion: Rural Poverty and Its Alleviation in India. **Economic and Political Weekly**, v. 27, n. 18, p. 971-972, 1992.
- LANGONI, C. (1973). **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas (FGV), 3ª edição 2005.
- LINDERT, K.; LINDER, A.; HOBBS, J. and BRIÈRE, B. de La. **“The Nuts and Bolts of Brazil’s Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context.”**. World Bank. Discussion paper n°. 0709, 2007.
- LUSTIG, N.; CALVO, L. F., ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. **“The decline in inequality in Latin America: how much, since when and why”**, Working Paper, N°1118, Tulane University, 2011.
- MILANOVIC, B. (2011). **The Haves and the Have-Nots: a short and idiosyncratic history of global Inequality**, Basic Books.
- MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **The Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 886-902, 1982.
- NERI, M. C. **“Income Policies, Income Distribution and the Distribution of Opportunities in Brazil”**, In: Lael Brainard and Leonardo Martinez-Diaz: Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil’s Changing Role in the Global Economy, Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2009. pp 219 a 270.

- _____. (1997). O Reajuste do Salário Mínimo de Maio de 1995 In: **Anais do XIX Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria** 1997. v.2. p.645 – 666, Recife
- _____. (org) (2008). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370 pag, Rio de Janeiro.
- _____. **A Nova Classe Média: o Lado Brilhante da Base da Pirâmide**, (2011), Editora Saraiva, 310 pags, São Paulo
- NERI, M. C. e Buchmann, G. From Dakar to Brasilia: monitoring UNESCO's education goals. *Prospects* (Paris). , v.38, , 2009.
- SHORROCKS, A. Inequality decomposition by factor components. **Econometrica**, v. 50, n. 1, p. 193-211, 1982.
- SOARES, S. *et al.* Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. *In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Eds.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010. v. 2p. 366.
- _____. **Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família, Texto para Discussão**. [S.l: s.n.]. (Texto para Discussão, n. 1459).
- _____. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. **A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009)**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1648).
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; SOARES, S. **Uma metodologia para simular o Programa Bolsa Família**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1654).
- STIGLITZ, J., A. SEN and J.P. FITOUSHI (2011). **Mismeasuring Our Lives**, The New Press, New York. www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf.
- TENDULKAR, S.; JAIN, J. R. Rural Poverty and Its Alleviation in India: A Critical Scrutiny. **Economic and Political Weekly**, v. 25, n. 38, p. 2165-2168, 1990.
- TENDULKAR, S.; JAIN, J. R. Change in Number of Rural and Urban Poor between 1970-71 and 1983. **Economic and Political Weekly**, v. 26, n. 11-12, p. 709-722, 1991.
- VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R. e GIAMBAGI, F. **Educação Básica no Brasil. Constituindo o País do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República